

\

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

ADRIENE DOS SANTOS SÁ

O SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Rio de Janeiro

2016

ADRIENE DOS SANTOS SÁ

O SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso
de graduação apresentado à Escola de
Serviço Social da Universidade Federal
do Rio de Janeiro como exigência
parcial para obtenção do título de
Assistente Social, sob a orientação da
Professora Dra. Maristela Dal Moro

Rio de Janeiro

2016

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Leile Sílvia Cândido Teixeira

Profª Dra. Gláucia Lelis Alves

Orientadora: Profª Dra. Dra Maristela Dal Moro

À Judite, que escolheu meus olhos para ler.
À minha mãe, que aprendeu a ler durante minha formação.

AGRADECIMENTOS

Certa vez li que trabalhos como este são feitos de solidão. Em parte faz sentido, pois o concentrar na tela branca do editor de textos combina com um quarto imensamente solitário. Mas este não é um trabalho que se faz de solidão. Este é um trabalho que se faz acompanhado de muita gente. Gente que as vezes nem sabemos que estão em nós.

Por isso, agradeço primeiramente aos trabalhadores que dedicaram suas vidas a luta pelo ensino público, pois sem eles eu não entraria pelos portões desta Universidade com ares de quem estuda por aqui.

Ao Carlito, meu grande companheiro nestes anos de formação. Gratidão por todo o carinho e cuidado nos momentos de crise, mas sobretudo pela amizade que compartilhamos nos momentos de realização e aprendizado neste mundo que é tão diferente daqueles que conhecíamos.

À Maristela, minha orientadora, que me acompanhou durante este longo período e me ajudou a fazer de mim o que sou. Agradeço pela sua paciência para com meu tempo próprio, meus atrasos, perdidos e devaneios, mas sobretudo porque me ensinou a olhar para os territórios mais importantes da minha formação; sejam aqueles em que planto minhas raízes ou aqueles em que floresço em asas, como dizia o poeta.

À Leile Sílvia, gratidão. Gratidão pela beleza desse encontro que tanto me motivou a seguir e me mostrou que “o caminho se faz ao caminhar”. E podemos ir onde quisermos! Agradeço a professora Gláucia Lelis, que me trouxe a literatura e me ensinou que jogar conversa fora também é importante, assim como é importante conhecer os bares da cidade.

Por fim, tomo este trabalho como resultado de um processo coletivo em que muitas pessoas foram importantes e por isso, este trabalho também é da minha mãe, que aguentou por longos anos o peso do sol; da tia Rita, que cuidava de mim quando eu era criança; do seu Ezequias, que me deu meu primeiro livro *“As aventuras da família Repinica”*; da tia Eliane que cuidou de mim quando eu já sabia me cuidar sozinha, mas que ainda gostava de alguém pra me dar uma mão; do Maraca que me levava jornais da militância na Universidade quando eu nem sabia o que significava; do Rodrigo, cuja a presença está marcada neste trabalho pela ausência de um amigo para conversar sobre ele; da Judite, minha madrastra, que cuidou dos meus assuntos da escola nos anos que eu não tinha tamanho pra tal; das

minhas irmãs Vinha e Dani que brincavam de escolinha comigo, tornando divertido o ato de aprender; da Raira que me ensinou que “amanhecer é uma lição do universo, que nos ensina que é preciso renascer” como um raio de sol; do meu pai, que aprendeu a confiar nas minhas escolhas, “compreendeu os meus motivos de sair de lá” e que soltou a bicicleta quando a “preta” parecia segura pra voar; do Josefo, que gastou varias noites de devaneios comigo, preparando aulas que eu jamais daria; dos motoristas de ônibus que paravam no ponto e me chamavam quando eu me distraía lendo uma letra ou outra, assim como, tantas outras pessoas que talvez eu não tenha me apresentado, mas que fizeram este trabalho junto comigo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. MOVIMENTOS SOCIAIS: BREVE RESGATE HISTÓRICO E APROXIMAÇÃO TEÓRICA	11
1.1 Crise de paradigmas ou padrão de crise?	12
1.2 Novas expressões do movimento social: breve resgate das teorias sobre “Novos Movimentos Sociais”	15
1.3 Os movimentos sociais e a abordagem marxista	23
2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO	30
2.1 Debate sobre os movimentos sociais no Brasil	34
3. SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS E PROJETOS POLÍTICOS	45
3.1 Serviço social e renovação profissional.....	48
3.2 Serviço social e movimentos sociais	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso surge a partir de indagações provocadas pela experiência de estágio em atividade de extensão universitária junto a movimentos sociais, assim como, foi instigado pela presença de uma turma especial de Serviço Social que era composta por estudantes assentados da Reforma Agrária, cujos participantes eram em sua maioria vinculados a movimentos sociais do campo, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – sob convênio entre a Escola de Serviço Social e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

Durante o processo de formação surgiram vários questionamentos a respeito do significado da relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais: sobre as possibilidades concretas para o trabalho dos assistente sociais junto a esses sujeitos; sobre os desafios colocados a esta relação com o avanço do conservadorismo e do afastamento em relação a projetos mais amplos nos dias atuais; sobre os desdobramentos da precarização do trabalho dos assistente sociais, tanto daqueles que estão empregados na academia, quanto daqueles que estão em espaços tidos como “campo” e que emprega a ampla maioria dos assistentes sociais; sobre as consequências da massificação do ensino que tem rebatimentos imediatos sob a formação profissional; e ainda não pode-se deixar de mencionar a frente reacionária das práticas de segurança nacional que ameaça os movimentos sociais que se colocam contra a ordem vigente.

Questões não faltam para refletir sobre esta relação que guarda muitas potencialidades para o exercício profissional, mas que não por isso deixa de apresentar diversos desafios. Sem dúvidas o presente trabalho não responde a estes questionamentos, mas o que se pretende aqui é uma aproximação bastante inicial que possibilitará maior aprofundamento posterior para refletir sobre cada uma dessas questões.

Assim, neste trabalho buscamos fazer um exercício de aproximação tanto ao debate acerca dos movimentos sociais, quanto da relação do Serviço Social com estes sujeitos. Neste sentido, a categoria movimento social será entendida pelas suas duas dimensões, conforme coloca Marro (2013): pela sua dimensão genérica, remetendo ao movimento histórico das classes sociais em disputa por hegemonia - “ *processo pelo qual as massas subalternas começam a se constituir como sujeitos políticos com capacidade de intervenção crítica nas relações sociais de exploração e opressão próprias da ordem burguesa*” (MARRO,

2013, p. 2 – grifos da autora); e pela sua dimensão mais específica, que conforme a autora, está relacionada com o “surgimento ou revigoramento de um conjunto de formas organizativas que aglutinam segmentos diferenciados das classes subalternas em torno de reivindicações particulares, fundamentalmente a partir dos anos de 1960” (MARRO, 2013, p.3).

Todavia, neste trabalho buscamos também outras interpretações acerca da categoria *Movimentos Sociais* afim de tentar entender os pressupostos a que os assistentes sociais estão buscando nos últimos anos, visto que, segundo Marques (2010) e Dal Moro e Marques (2011), as produções teóricas dos assistentes sociais demonstram que o estudo acerca dos movimentos sociais tem incorporado a produção teórica de autores das ciências sociais, sobretudo as análises que remetem aos chamados “novos movimentos sociais”.

Para isso o trabalho foi dividido em três eixos principais. O primeiro trata-se de uma tentativa de entender por onde passa o debate sobre os movimentos sociais e a produção teórica nas ciências sociais, em particular de autores europeus da última metade do século XX envolvidos de algum modo ideia de uma crise de paradigmas nas ciências sociais e na composição da organização dos movimentos sociais, ainda que este tema não fosse propriamente o objeto de suas análises.

Para isso buscamos fazer um breve resgate das condições históricas em que influenciavam estas abordagens e um apanhado, ainda que breve, de alguns autores que tiveram influência neste debate, como, Alain Touraine (1998), Boaventura de Sousa Santos (1997), Jean Lojkin (1981), Manuel Castells (1994) e Tilman Evers (1984). A aproximação com essa bibliografia se deu tomando como fontes de consulta os livros *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (GOHN, 2010) em que a autora faz um resgate dos principais paradigmas de análise acerca dos movimentos sociais e pode ser considerado uma das principais referências para o estudo do tema na área das ciências sociais; e o livro *Estado, classe e movimento social* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010), que atualmente compõe o conjunto das obras de referência básica na formação em Serviço Social no Brasil, onde os autores fizeram um balanço da literatura sobre os movimentos sociais a partir de sua inserção profissional no âmbito do Serviço Social.

No segundo capítulo o exercício que buscamos fazer foi o de levantar alguns momentos do movimento histórico brasileiro e o surgimento ou revigoramento, conforme coloca Marro (2013) de movimentos sociais, em especial à partir da segunda metade da

década de 1950 e início de 1960, dadas as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridas neste período, visto que a economia brasileira passou por um processo intenso de internacionalização associado a um momento histórico de disputas por projetos de nação e sociedade com fins de garantir a intensificação da exploração da força de trabalho, conforme apontam Netto (2011) e Iamamoto (2014).

Neste sentido procuramos apreender as forças em disputa ao redor do Estado, visto sua relevância enquanto campo predominante de trabalho dos assistentes sociais entendendo o Estado, não como uma estrutura rígida ou como simples instrumento de dominação de uma classe sobre as demais, mas como centro de conflitos entre as classes sociais, cuja realidade tem mostrado a violenta incidência da burguesia-latifúndio, mas também a forte incidência das lutas das classes trabalhadoras.

Assim, este capítulo apresenta um breve apanhado das produções teóricas sobre os movimentos sociais no Brasil, buscando contextualizar esta produção a conjuntura histórica do país. Para isso, fizemos uma leitura de alguns teóricos que tem larga experiência de pesquisa acerca da temática como Lúcio Kowarick (1985), Maria da Glória Gohn (2005, 2006, 2010), Evelina Dagnino (2000), Eder Sader (2001), Emir Saber (2005) e também alguns autores do Serviço Social que tem se destacado no campo da pesquisa sobre os movimentos sociais nos últimos anos como, Kátia Marro (2006, 2013), Montanho e Duriguetto (2010), Marcelo Reis (2000) e Duriguetto (2009).

Por fim, no último capítulo procuramos fazer uma apresentação do Serviço Social, expondo determinações de sua constituição no seio da ordem capitalista e de seu significado, que é perpassado pelas contradições deste sistema, conforme mostram Iamamoto (2011) e Netto (2011). Buscamos resgatar alguns momentos importantes da história da profissão, sobretudo daquele em que a categoria redimensiona suas práticas, orientando o projeto ético-político da profissão no horizonte de um projeto societário que compreende a liberdade em seu sentido mais amplo.

Deste modo, buscamos levantar algumas análises sobre a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais – aqui entendido como uma das expressões das lutas de classes, permeado portanto das contradições que a envolve – desde o processo de renovação profissional, que teve como marco o conhecido “Congresso da Virada” de 1979, passando por debates mais periféricos como aquele que envolve o chamado “Serviço Social Alternativo” – mas que ainda pode ser considerado uma das expressões do movimento da

profissão acerca de sua relação com os movimentos sociais –, até análises mais recentes sobre esta relação, cujos impactos da precarização do trabalho, do ensino, do neoliberalismo e do ideário pós-moderno se fazem notar, colocando desafios para a profissão.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS: BREVE RESGATE HISTÓRICO E APROXIMAÇÃO TEÓRICA

A partir dos finais dos anos 1960 começaram a surgir no âmbito da sociologia europeia diversos estudos e teorias acerca dos movimentos sociais, com diferentes abordagens a respeito de seu significado, estratégias e objetivos, sugerindo haver uma nova composição das organizações políticas.

No momento histórico em que esses esforços teóricos convergiam para a aposta nesse reordenamento político, ocorria um levante de movimentos sociais que se organizavam em torno de causas aparentemente pontuais ou específicas, como movimentos por igualdade de gênero, respeito a diversidade étnica e sexual, movimentos ecológicos, etc., que teriam um caráter diferenciado daquelas formas anteriores de organização dos trabalhadores, cujas reivindicações centravam-se primordialmente no universo das relações diretas de trabalho, com o protagonismo dos sindicatos e partidos políticos.

Ou seja, neste período começaram a surgir e, de acordo com Marro (2013), a se revigorar, alguns movimentos que colocaram no cenário político pautas com especificidades, que segundo estas teorias explicativas, extrapolavam o âmbito das relações de trabalho e que por isso poderiam ser considerados como uma nova forma de organização social, como “Novos Movimentos Sociais”.

Este debate, que circunda os movimentos sociais na Europa surgidos naquele período, emerge numa condição histórica em que, segundo Reis (2000), Marro (2006, 2013) e Montano e Duriguetto (2010), havia um quadro de efervescência política e ideológica marcada pela crise do campo socialista vinculado ao bloco soviético combinada com uma iminente crise econômica estrutural do capital, cujos desdobramentos resultaram na erupção de uma onda de conflitos sociais.

O Maio de 1968 ficou conhecido como o marco desse levante de conflitos em diversos países, especialmente na Europa, quando estudantes universitários juntamente com trabalhadores de diversos setores e diversos movimentos sociais manifestaram-se fundamentalmente contra as consequências da capitalista que já despontava, tendo como pano de fundo a crise da social da democracia e do socialismo real e de suas referencias. Ora interpretado como uma crítica ao padrão de produtividade, ora visto como recusa dos velhos paradigmas, ora visto como uma recusa dos padrões morais da época, o Maio de

1968 se tornou emblemático devido à possibilidade de inserção de uma nova dinâmica para as lutas sociais.

Conforme explica Reis (2000), o Maio de 1968 foi a expressão das manifestações da contracultura, que se posicionava politicamente num movimento de dupla contestação; a recusa dos valores forjados pelo capitalismo e a negação dos valores herdados do chamado socialismo real, apresentando-se assim, como o terceiro caminho plasmado na ideia de uma revolução cotidiana. Este movimento, sobretudo, é expressão do quadro da luta de classes naquele dado período, que tem na crise do socialismo real e na crise estrutural do capital e suas consequências a base concreta de seu surgimento.

É justamente em função da complexidade que envolve este quadro de conflitos que precisamos nos deter em algumas considerações para a apreensão mais aproximada do real significado dos levantes e conflitos surgidos neste período e, por sua vez as tentativas de explicá-los. Por isso, no tópico seguinte procuraremos levantar algumas considerações a respeito do significado desta reação aos “velhos paradigmas” e, para isso, faremos um rápido resgate de elementos que pensamos ser importantes a partir das obras “*A crise do socialismo e a ofensiva neoliberal*” (NETTO, 2012) e “*A condição pós-moderna*” (HARVEY, 2011).

1.1 Crise de paradigmas ou padrão de crise?

O que a História nos mostrou sobre a crise dos velhos paradigmas que mencionamos acima, conforme Netto (2012), não se configura como uma crise estrutural da esquerda e do projeto revolucionário, mas a crise de um padrão de transição que não se mostrou suficiente para ultrapassar a ordem do capital. Ou seja, o que se colocou não foi

a crise do projeto socialista revolucionário nem a infirmação da possibilidade da transição socialista: é a crise de uma forma histórica precisa de transição, a crise de um padrão determinado de ruptura com a ordem burguesa (NETTO, 2012, p. 25).

O autor coloca que a crise do chamado “campo socialista” é inegável, mas é necessário entendê-la em função de uma “dupla socialização” que não foi realizada em sua completude. Ele argumenta que mesmo que se tenha verificado uma socialização da economia, ainda que em moldes muito restritos, não houve uma socialização do poder

político. Isso porque, conforme o autor, o padrão de crescimento econômico¹ experimentado pelos países que compunham o chamado campo socialista não abria possibilidades para maior socialização da política, uma vez que se demandava maior centralização do poder político. É por esta condição que, segundo Netto (2012, p. 21 - grifos do autor), a crise do “campo socialista” é “*uma crise estruturalmente determinada pela exaustão de um padrão de crescimento econômico e do sistema político a ele funcional*”.

Portanto, o que de fato pode-se dizer que entrou em crise, segundo ele foi apenas uma forma específica de transição socialista, dentre diversas outras em que potencialmente podem existir. A forma que realmente entrou em crise é

aquela em que o Estado engendrado na revolução aparece fundido com o aparelho partidário, no exercício de um monopólio político que substitui o protagonismo dos trabalhadores e da inteira sociedade (NETTO, 2012, p. 22).

Outro ponto de destaque para a apreensão da chamada crise de paradigmas é o que veio posteriormente a se colocar como a crise do capital e seus impactos para o estado de bem-estar social e nas condições do processo de trabalho, pois a crise do socialismo real, que nos tem servido amplamente como um tipo de “exemplarização negativa”, conforme Netto (2012, p. 78), não pode ser estudada separadamente da crise do capitalismo como se fossem duas realidades indissociáveis.

Conforme Harvey (2011, p. 156-157), com a crise do capital que já vinha se mostrando desde os finais da década de 1960 as políticas keynesianas do Estado de bem estar social que faziam parte das bases de sustentação do regime de acumulação fordista começaram a se mostrar insustentáveis nos marcos do capitalismo avançado. Para o autor, a crise do fordismo-keynesianismo significou que a balança estava pendendo para o lado do capital financeiro em detrimento daquelas políticas que serviam para manter a estabilidade social no regime de acumulação fordista.

Também para Netto (2012), a crise do Estado de bem-estar social torna nítido, mais que seu próprio ocaso, que a dinâmica do capital alcançou “um nível no interior do qual a sua reprodução *tende* a requisitar, progressivamente, a eliminação das garantias sociais e dos

¹ Segundo Netto, esses países adotaram um *padrão de crescimento extensivo*, baseado no “crescimento quantitativo da força de trabalho, na ampliação do equipamento produtivo e na alocação de recursos para novos equipamentos” (NETTO, 2012, p. 60). É interessante notar o caráter paradoxal, destacado pelo próprio autor, sobre relação entre este padrão de crescimento econômico e a crise da experiência socialista. Segundo Netto (2012, p. 79), a crise deste último resultou do próprio êxito do primeiro em fomentar as condições que lhe seriam necessárias. Condições estas que, conforme o autor, são: “um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e uma classe operária estatisticamente ponderável e dotada de organização e vontade políticas autônomas” (p. 23).

controles mínimos” (NETTO, 2012, p. 77 – grifos do autor), tal como convenientemente ocorria no período do regime de acumulação fordista, tendo o Estado sob orientação keynesiana, tornando evidente o caráter “anti-democrático” do capitalismo. Segundo o autor, a programática neoliberal não supõe a eliminação dos mecanismos reguladores da economia, mas o que

pretendem, em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento do capital. O que desejam e pretendem não é ‘reduzir a intervenção do Estado’, mas encontrar condições ótimas (hoje só é possível com o estreitamento democrático das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe (NETTO, 2012, p. 88).

Se em um período o estado de bem-estar social constituía-se como uma oportunidade ao processo de reprodução do capital, no período seguinte, com o regime de acumulação flexível, o quadro que se monta é inverso; agora aquela limitada socialização colocada pelas diretrizes keynesianas, enquanto respostas a lutas sustentadas pelos trabalhadores em face as expressões da “questão social”, mostra-se como um “limite” ao processo de acumulação capitalista.

Esta transição do regime de acumulação sob bases fordistas às bases flexíveis, enquanto necessidade de reprodução do capital é um fenômeno da crise do capital que é necessário destacar. A reestruturação produtiva que se processou, segundo Harvey (2011), alterando a base tecnológica, o regime de contratação e o cotidiano do trabalho, permitiu ao capital maior possibilidade de controle sobre os trabalhadores. Conforme o autor,

as tecnologias e formas organizacionais flexíveis não se tornaram hegemônicas em toda parte - mas o fordismo que o precedeu também não. A atual conjuntura se caracteriza por uma combinação de produção fordista altamente eficiente (com frequência nuançada pela tecnologia e pelo produto flexível) em alguns setores e regiões [...] e sistemas de produção mais tradicionais [...] que se apoiam em relações de trabalho 'artesaniais', paternalistas ou patriarcais (familiares) que implicam mecanismos bem distintos de controle do trabalho (p. 179).

Assim, nesta reestruturação o que se colocou foi um quadro de desemprego estrutural permitindo maior pressão sobre os trabalhadores, dada a elevação do excedente da força de trabalho, mas também da elevação de relações de trabalho que exercem o papel de camuflar, ou se valer de outras condições objetivas e subjetivas de controle do cotidiano do trabalho e assim, tendo amplos rebatimentos sobre a organização sindical.

Estas mudanças no âmbito do trabalho podem ser entendidas como um processo de alteração das condições históricas na correlação de forças entre capital e trabalho, que

transformam não somente as relações diretas do processo de trabalho, mas também as condições objetivas de reprodução da ideologia de classe.

Se o caminhar da História mostrou que a emancipação por via do projeto revolucionário socialista ainda apresenta potencialidades e que as metanarrativas ainda fazem sentido para explicar a sociedade, não se trata, assim, simplesmente de uma crise de paradigmas, mas de um padrão de crises, as quais o capital depende para se reproduzir e que ao mesmo tempo estruturalmente o ameaça.

Colocadas estas questões, temos agora as condições mínimas para tentar entender o significado do conjunto das manifestações políticas que irromperam nos fins da década de 1960; sabendo que o Maio de 1968 - nos parece ser consenso entre os autores -, é um ícone no quadro do levante de diversos movimentos sociais, assim como, o surgimento das teorias que buscaram explicá-los, as quais veremos parte em seguida, tanto o conjunto das produções que colocavam o caráter “novo” dos movimentos sociais – negando as expressões clássicas de organização da classe trabalhadora, em especial do operariado –, quanto daquelas teorias que situavam os movimentos sociais no quadro das lutas de classes.

1.2 Novas expressões do movimento social: breve resgate das teorias sobre “Novos Movimentos Sociais”

O Maio de 1968 se tornou numa referência para muitos pesquisadores que buscavam compreender o aparecimento de manifestações e organizações políticas que se levantavam naquele período. Como apontamos no tópico anterior, partimos da ideia de que as condições históricas para o surgimento deste referencial estão conectadas a evidenciação de expressões das contradições da organização capitalista, em especial a crise do capital que despontou nos primeiros anos da década de 1970, e da chamada crise de paradigmas estimulada pela crise do socialismo real que sugeriu um suposto colapso da potencialidade da emancipação por via do socialismo revolucionário. Assim, consideramos este conjunto de

transformações e reações a elas como um momento do movimento social realizados pelas classes em relação estruturalmente antagônicas, como coloca Marro (2013).

Todavia, justamente em função deste momento histórico, os movimentos sociais surgidos neste contexto, ao se apresentarem e serem apresentados, conforme explica Reis (2000), como uma recusa simultânea dos valores forjados pelo capitalismo e dos valores herdados do chamado socialismo real e da razão moderna, teriam sido compreendidos assim, como o terceiro caminho plasmado na ideia de uma revolução cotidiana, apresentando-se como manifestações da contracultura.

É procurando entender esta posição que buscamos uma primeira aproximação a alguns dos expoentes desta tendência explicativa no quadro da sociologia europeia desta segunda metade do século XX. Para isso, consideramos pertinente o exercício de levantar alguns dos principais expoentes desta tendência, tomando como fontes de consulta os livros *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (GOHN, 2010) em que a autora faz um resgate dos principais paradigmas de análise acerca dos movimentos sociais e pode ser considerado uma das principais referências para o estudo do tema na área das ciências sociais; e o livro *Estado, classe e movimento social* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010), que atualmente compõe o conjunto das obras de referência básica na formação em Serviço Social no Brasil, onde os autores fizeram um balanço da literatura sobre os movimentos sociais a partir de sua inserção profissional no âmbito do Serviço Social - o que até certo ponto, podemos considerar como uma das expressões do que é a compreensão da categoria sobre o tema em questão.

Pois bem, segundo Montañó e Duriguetto (2010), há um conjunto de autores cuja principal referência teórica, ideológica e política é o Maio de 1968, rejeitando tanto os processos vinculados ao bloco capitalista quanto ao bloco socialista. Nesta abordagem defende-se uma mudança geral que partisse das pequenas ações locais e cotidianas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.312), sem tomar nem o Estado nem os partidos políticos como mediação da contradição entre capital e trabalho, tão pouco a transformação social como resultado de suas ações.

Os principais teóricos nesta perspectiva em relação aos “novos movimentos sociais” pode-se considerar Allain Touraine e Tilman Evers, cujos objetos de estudo “abrange (e ali se esgota) a *ação social*” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.313 – grifos dos autores).

A sociologia da ação de Touraine e Evers, fundada contra a perspectiva marxista e contra a sociologia funcionalista, visa explicar processos de ‘mudança social’ no novo contexto dos anos 1960 e 1970 (Idem: 314).

Deste modo, a ação para os autores é compreendida como um movimento do próprio sujeito autodeterminado e portador de uma racionalidade que lhe permite realizar escolhas baseadas na consciência de seus próprios interesses. “Concebem, assim, a ação das pessoas conforme o ‘tipo ideal’ weberiano de ‘ação racional com relação a fins²’” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.313).

Da mesma forma, os autores “relativizam os *constrangimentos estruturais* e da *desigual relação capital/trabalho*” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.313 – grifos dos autores). Assim, suas análises acabam por se limitar a subjetividade e a cultura do sujeito, suas representações e significados, de modo que a ‘ação’ desconsidera as diferenças entre a realidade objetiva e a apreensão subjetivada do mundo.

Partindo do pressuposto de que os “novos movimentos sociais” não tem vinculação com a esfera da produção, da economia, da política, do Estado e do partido esta perspectiva atribui pouca importância às contradições que culminaram no próprio surgimento dos movimentos sociais e de sua estratégia política diferenciada dos movimentos sociais entendidos como clássicos.

Para eles, a formação e o agir dos ‘NMS’ dependem menos de condições objetivas (estruturais) do que da existência de um *conflito* (manifesto) e da *vontade* (subjetiva) *de participação social* em torno desse conflito: o ator desses conflitos é o Movimento social, não as classes, não o Estado (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.314 – grifos dos autores).

Segundo Gohn (2014), se no século XIX a sociedade era caracterizada pela contradição entre capital industrial e trabalho, a partir da segunda metade do século XX esta característica, para Touraine³, deixou de existir, retirando do conflito de classes a centralidade nos processos de transformação das estruturas sociais. Assim, a questão

² Na sociologia de Max Weber o sujeito se sobrepõe ao objeto numa perspectiva metodológica em que a realidade do objeto é preterida pelo sujeito. Ao defender a neutralidade axiológica dos resultados dos estudos científicos, no sentido de buscar um conhecimento socialmente válido, Weber (2003) propõe um recurso que traduz-se numa forma de classificação pura da realidade; o tipo ideal. Segundo Meszáros (2011), a estrutura conceitual weberiana, por seu caráter idealista e mistificador da realidade, “apesar do disfarce adotado de uma objetividade neutra [...] mostra sua fidelidade ideológica, [...] pois o discurso weberiano não deixa espaço à ação de classes sociais antagônicas, pra não dizer à possibilidade de qualquer estratégia racionalmente viável que converta a *classe subordinada* na classe que controle a ordem social” (2011, p. 409-410 – grifos do autor).

³ Ver em TORAINE, A. *O pós-socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988

central em sua perspectiva deixa de ser o fator econômico, produtivo, sendo substituído pela informação, pela cultura, elementos determinantes em uma sociedade pós-industrial.

Não se trata da defesa do desaparecimento da indústria e do próprio conceito de classes sociais, mas a questão é que para o autor essas categorias perdem a centralidade. Para Touraine, a partir desse período “a noção de movimento social deve tomar o lugar da noção de classe social, [pois] não se trata mais de lutar pela direção dos meios de produção e sim pelas das produções culturais” (TOURAINÉ, 1994 apud GOHN 2010, p. 152).

Por isso, os sujeitos coletivos não precisariam necessariamente estar vinculados a formas de organização como os sindicatos e partidos. O lugar desta nova forma de expressão dos conflitos sociais está nos chamados “novos movimentos sociais”, visto que suas ações podem promover mudanças ao nível da qualidade de vida, da conquista de direitos, etc. numa relação de pressão social e resposta da sociedade civil e/ou do Estado.

Segundo Gohn (2010), os movimentos sociais na concepção de Touraine tem mais o papel de exercer pressão social do que propriamente de transformação social, uma vez que o Estado seria a instância de transformação histórica, visto que este seria o sujeito das mudanças institucionais e organizacionais da sociedade. Deste modo, “o Estado, ao responder a um movimento social, estaria repondo a ordem e abrindo caminhos para a mudança pela institucionalização de novas formas de relações” (GOHN, 2010, p. 147). Ou seja, na concepção do autor os novos movimentos sociais não são considerados em si como forças de transformação social, pois eles “dirigem suas ações visando questionar e mudar as orientações culturais da sociedade e não, por exemplo, o Estado ou o mercado” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 316).

Tilman Evers⁴, segundo Montañó e Duriguetto (2010), defendia que os novos movimentos sociais não estariam envolvidos em transformações diretas na esfera central do poder, visto que o lócus de atuação desses movimentos encontra-se na solidariedade e na construção de identidades. Vejamos como Evers coloca essa questão:

minha impressão é de que o elemento novo dos novos movimentos sociais consiste exatamente na criação de pequenos espaços de prática social nas quais o poder não é fundamental (EVERS 1984 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 316)

A questão para este autor é que as ações dos novos movimentos sociais seriam valorizadas independente do impacto dessas ações no poder central. Evers considera os

⁴ Ver em EVERS, T. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. In: *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, Nº 4, 1984

“NMS” como organizações autônomas em relação às formas tradicionais de organização política, uma vez que estes inauguram novos campos de ação política, com novas formas e novos agentes sociais. Segundo Montaña e Duriguetto (2010), na interpretação de Evers

a luta de classes seria reduzida ao jogo dos diferentes grupos de pressão, às pequenas lutas pelas transformações moleculares de cada relação e dominação. A *identidade* (que na verdade *diferencia* cada ‘NMS’ dos outros) e não a *unidade* seria, segundo ele, o ‘novo’ e ‘rico’ dos ‘NMS’ (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 316)

Por esta razão o autor argumenta que a inserção destes movimentos nas estruturas de poder das organizações tradicionais acabaria por retirar aquilo que positivamente os caracterizaria, ou seja, sua autonomia. O seu caráter inovador potencialmente, criador de formas diferenciadas de relacionamento entre os agentes e a sociedade faz com que o potencial transformador dos “NMS” não seja político, mas “sociocultural”.

Conforme vimos anteriormente a reestruturação do regime de acumulação que desencadeou no projeto neoliberal, enquanto resposta a própria crise o capital, não resultou em alterações somente no âmbito da produção, mas também uma reconfiguração de caráter cultural e ideológico. Para Montaña e Duriguetto esta reconfiguração é expressa numa leitura, que no

âmbito da teoria social [...] diz respeito às teses que sustentam a crise dos paradigmas nas ciências sociais e a necessidade de uma nova produção do conhecimento centrada na atenção às diferenças, ao efêmero, ao fragmentário (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.317)

Assim, por uma diversidade de tendências, que vão desde posições mais condizentes com a ordem posta às relativamente mais progressistas, esta leitura aponta para a “crise da razão moderna e a rejeição do conhecimento totalizante” (idem: p. 317). A concepção de que a realidade é um todo complexo e contraditório, tal como colocada pela razão moderna, é fortemente criticada como se a realidade não pudesse ser apreendida racionalmente, problematizada e transformada.

Em linhas gerais trata-se de uma concepção em que “a realidade é um todo fragmentado, marcado pela efemeridade e pela indeterminação, o que impossibilita explicar a totalidade” (Idem: 318). Deste modo, nas teorias que se fundamentam nesta leitura é predominante a interpretação de que não é possível entender e explicar a realidade em sua totalidade, recusando as metanarrativas, tal como colocado por Harvey (2011), restando apenas a descrição isolada e fragmentada como recurso explicativo das relações sociais.

Neste sentido, segundo os autores, “há uma forte propensão a semiologizar o real” (Idem: 318), ou seja, reduzir a realidade ao alcance da retórica, minimizar a realidade e o

conhecimento dela mesma a uma mera construção discursiva. Por esta via, os critérios sobre verdade e realidade são definições produzidas por gostos, valores e convicções que variam de indivíduo para indivíduo.

Esta concepção tem algumas implicações, tais como a realidade deixar de ser tratada como uma totalidade formada por varias conexões no âmbito da teoria social e a ausência de possibilidades para um projeto de emancipação. Mas as consequências desta perspectiva de análise da realidade social não param neste ponto. Montaño e Duriguetto (2010, p. 318) apontam que “a dissolução dos nexos estruturais e das incidências de determinações entre, por exemplo, as relações de produção, a configuração das classes sociais e o Estado” são desdobramentos desta postura que acaba por não conseguir apreender a estrutura de classes, a qual fornece indicações sobre as relações de poder na sociedade.

A segunda questão que, de acordo com os autores, deve-se considerar acerca dessas teorizações sobre os “novos movimentos sociais” é a ausência de defesa de qualquer projeto societário que parta pela emancipação do trabalho e que se contraponha substancialmente ao projeto societário do capital.

Para Boaventura de Sousa Santos⁵, por exemplo, a defesa de um projeto classista de emancipação social é claramente descartada ao passo que este afirma que as formas de opressão contra as quais “os novos movimentos sociais” se organizam “não atingem especificamente uma classe social e sim grupos sociais transclassistas ou mesmo a sociedade no seu todo” (Santos, 1997 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.321)

Tanto para Santos (1997) quanto para outros teóricos desta perspectiva considera-se que nas sociedades pós-modernas/pós-industriais, dada a sua alta fluidez e diferenciação, não haveria a possibilidade de identificação entre indivíduos pelas formas tradicionais como classe social, a qual era a referência para os movimentos sociais do século XIX e início do século XX.

Para Santos o elemento “novo” dos movimentos sociais é justamente o fato de eles se encontrarem na intercessão entre a crítica ao regime capitalista e a crítica a emancipação social socialista, provocando novas formas de sociabilidade.

Segundo Montaño e Duriguetto, a crítica do autor em questão sobre a regulação social capitalista refere-se à anulação da diversidade através dos referenciais de cidadania

⁵ Ver em SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997

edificados no regime do *welfare state*. Para Santos, os novos movimentos sociais teriam o potencial de estabelecer

a construção de uma 'nova sociabilidade' fundada na reação contra toda e qualquer forma de universalização de direitos, uma vez que a universalidade anularia e negaria as diferenças e particularidades dos inúmeros 'grupos' sociais, fazendo [...] com que percam suas identidades (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 319)

Diante desta situação a saída colocada pelos “novos movimentos sociais” seria uma série de reivindicações capazes de considerar a diversidade de particularismos provocando ou buscando respostas diferenciadas para cada grupo de atores sociais, sem contudo, conciliar as diferenças.

Já a crítica deste autor à perspectiva de emancipação refere-se à defesa de que as relações de produção já não seriam suficientes para explicar as formas contemporâneas de opressão como o machismo, a poluição, a homofobia, xenofobia, etc., abstendo-se assim, dos fundamentos teóricos e objetivos que vinculam essas formas de opressão ao modo de produção capitalista.

O papel dos “Novos Movimentos Sociais” seria, então, de denunciar “os excessos de regulação da modernidade”, pois tais excessos atingiriam, “não só o modo como se trabalha e produz, mas também o modo como se descansa e vive” (SOUSA, 1997 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 321).

Essas novas formas de opressão, contra as quais os “novos movimentos sociais” se organizam seriam formas de opressão que atingem o conjunto da sociedade como um todo, sendo assim opressões transclassistas. Segundo Montano e Duriguetto (2010, p. 322), esta perspectiva de análise implica na perda do horizonte emancipador dessas organizações,

podendo realizar seus objetivos exatamente dentro dos marcos do capitalismo; assim, mantendo a exploração, a alienação, o comando do trabalho pelo capital e a desigualdade estrutural.

Assim, a proposta defendida por Santos (1997) acaba por não ser a de relacionar estas formas particulares de opressão às lutas mais amplas, mas sua defesa está no sentido de substituir as lutas de classe, abandonando juntamente seu projeto emancipatório. A diversidade de identidades defendida pelo autor, seria responsável por criar relações singulares e plurais, transformando a sociedade no lócus das múltiplas experiências coexistentes e fragmentadas. Conforme Harvey (2011, p.52), é “a ideia de que todos os grupos tem o direito de falar por si mesmos, com sua própria voz, e de ter essa voz como autêntica e legítima, é essencial para o pluralismo pós-moderno” (p. 52). Trata-se então de

"pluralismos de mundos que coexistem", da coexistência de narrativas que em si podem ser contraditórias e terem seu poder limitado ao âmbito que lhe cabe.

Segundo Montaño e Duriguetto, não há nesta concepção um código ético capaz de dar unidade a essas diferentes subjetividades, uma vez que "estas se encontram divididas em uma multiplicidade de particularismos e interesses localizados em diferentes grupos" (2010, p. 323). Portanto, o que o está em questão nesta leitura não é a identidade de classe e a luta por demandas concretas do trabalho, contra a exploração do trabalho, mas os processos de identificação formados por referências culturais; sejam elas religião, etnia, gênero, regionalismos, etc.

Por fim, o conjunto teórico que tratamos acima, ao desconsiderar o caráter de ruptura e continuidade contido na processualidade histórica, partia da constatação de que havia uma crise de paradigmas que demonstrava que os "velhos esquemas" de interpretação, nos quais estariam baseados os "movimentos sociais clássicos", já estavam obsoletos e que por isso já não eram satisfatórios para explicar a realidade.

Segundo Marro (2013), e Reis (2000) esses estudos que defendiam o caráter "novo" dos movimentos sociais tinham em sua maioria uma ideia de recusa às análises fundadas na perspectiva das lutas de classes. O que se sugeria de modo geral, segundo Netto (2012), parecia ser a impossibilidade de superação da ordem capitalista, visto que o socialismo teria ruído naquela experiência de transição socialista, a social-democracia⁶ desgarrou-se de sua orientação classista convertendo-se em instrumento reformista na ordem do capital e este último parece persistir pela reinvenção das formas de manutenção de sua reprodução.

A consequência, portanto, se configurou na elevação do que seria um terceiro caminho, no qual os velhos paradigmas da luta de classes e da forma partido, por se mostrarem esgotados enquanto estratégia político-organizativa, já não cabiam neste "novo" paradigma. Ou, conforme Marro (2013, P. 14) , estas teorias acabam por tomar como fato autêntico o surgimento de movimentos sociais substancialmente novos ao justificá-los por um suposto vazio deixado pelo desaparecimento das classes sociais e dos movimentos organizados em torno da sua dinâmica antagônica.

⁶ Segundo Netto (2012), se a social-democracia se apresentava como uma alternativa à lógica do capital, "inspirada no movimento operário revolucionário do século XIX" (p.52), acabou por se transformar num mecanismo limitado de gestão da barbárie provocada pela mesma lógica, afastando-se da social democracia "clássica" não "apenas no plano teórico-ideal, mas sobretudo porque deixaram de ser partidos *classistas*" (p. 53).

1.3 Os movimentos sociais e a abordagem marxista

Por uma abordagem bastante diversa daquelas que vimos no tópico anterior há análises que, ainda que reconheçam no surgimento de diversos movimentos sociais no contexto do Maio de 1968 algum elemento diferenciado daqueles tidos como movimentos clássicos, conferem um tratamento diferenciado quanto a sua relação com a perspectiva de classes.

Neste conjunto teórico fundado no pensamento marxista a crise capitalista e do socialismo real, assim como as lutas do Maio de 1968 ou inspiradas nele, ao contrário de negar as relações de exploração entre capital e trabalho, tal como ocorre com a perspectiva anteriormente apresentada, as compreende. Assim, nesta concepção os movimentos sociais remetem às “formas de organização e expressão social” dos conflitos gerados pela crise capitalista, pela contradição fundante entre capital e trabalho, de modo que a “questão social” se expressa de variadas formas e variadas são também as estratégias encontradas pelos sujeitos para seu enfrentamento.

Se nesta concepção a sociedade civil, o mercado e o Estado, ainda que em níveis diferenciados, são entendidos como âmbitos de uma mesma realidade social e todos esses espaços são tomados como campos de conflitos sociais. Os movimentos sociais e suas respectivas ações podem até se organizarem em torno de demandas pontuais e localizadas, mas nesta perspectiva de análise este fato não os desvincula das antagônicas relações entre capital de trabalho.

Conforme Montaño e Duriguetto (2010), os movimentos sociais sob esta perspectiva não podem ser compreendidos apenas com o enfoque na dimensão da sociedade civil ou da cultura, ainda que sejam consideradas importantes, pois se faz necessária a sua vinculação a produção, ao consumo, a economia, mas também ao Estado e a política.

Dentre os teóricos mais considerados nos estudos brasileiros sobre o tema dos movimentos sociais sob esta perspectiva foram o espanhol Manuel Castells⁷(1974) e o francês Jean Lojkine⁸ (1981); que conforme Gohn (2010), deram início a um “processo de renovação no debate sobre as questões urbanas” sob o horizonte da perspectiva marxista, a partir de uma releitura do marxismo. Estes autores, “apesar de apresentarem divergências

⁷ Ver em CASTELLS, M. *Movimientos sociales urbanos*. Madrid: Siglo XXI, 1974

⁸ Ver em LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981

entre si, localizam no Estado e nas necessidades gerais do capitalismo monopolista o caráter novo das reivindicações urbanas” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 325).

As análises de Castells e Lojkin estão voltadas para o estudo das “contradições urbanas” que na década de 1970 se elevaram no “espaço urbano”, dando origem a diversos movimentos sociais atrelados às necessidades objetivas de vida daquele “espaço urbano”. Portanto, o intuito desses autores não era propriamente de refletir sobre os movimentos sociais de modo amplo, mas suas elaborações acabaram por contribuir com o estudo deste tema.

O afloramento de reivindicações urbanas que dão origem a movimentos sociais neste período é analisado por Castells a partir do conceito de “contradições urbanas”. Conforme Gohn (2010, p. 190), sua análise sobre os movimentos sociais urbanos se apoia na investigação sobre “suas perspectivas, sua estrutura interna, suas contradições, seus limites e possibilidades, suas relações com a cidade e com o Estado”, e também nas contradições estruturais do capitalismo, a expressão estrutural do movimento urbano, assim como, o processo político nos anos recentes.

Assim, sua análise o leva a considerar que a incapacidade do próprio capitalismo monopolista em garantir os meios de consumo necessários à reprodução da força de trabalho seria expressão de uma contradição estrutural do sistema capitalista. Esta contradição, na concepção do autor, seria responsável por uma crise urbana na medida em que o padrão de vida necessário ao desenvolvimento do capitalismo já não seriam “suficientemente rentáveis para serem produzidos pelo capital, com vistas à obtenção de lucro” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 325).

A alternativa encontrada para a solução deste impasse seria “uma intervenção cada vez mais acentuada do aparato estatal no âmbito da produção, distribuição e organização espacial desses serviços” (Idem: 325). Segundo Montano e Duriguetto, é para o Estado que Castells volta a sua atenção;

residiria aí a localização dos movimentos sociais urbanos, uma vez que, para ele, a intervenção estatal resultaria de um processo político amplamente determinado pelos conflitos nas demandas e na gestão dos meios coletivos de consumo (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 325).

Deste modo, enquanto o Estado era entendido como uma agente reprodutor das reações de exploração do capitalismo, visto que este representaria a institucionalização em nível amplo dos interesses dominantes, o potencial político dos movimentos sociais urbanos

para Castells seria a sua capacidade de provocar mudanças nas formas de organização e gestão da cidade, nas instituições públicas, pressionando o próprio Estado.

Contudo, segundo Gohn (2010, p. 192), o autor teria abandonado em seus estudos posteriores a ideia de que o papel dos movimentos sociais urbanos seria o de pressionar o Estado. Dados seus limites políticos e objetivos os movimentos sociais estariam limitados ao jogo das disputas políticas e aos interesses das instituições, sendo descartada, assim, sua potencialidade enquanto agente de transformação social, restando a estes serem os “diagnosticadores das necessidades coletivas”.

Gohn (2010) também chama atenção para a relação de interdependência entre Estado e movimentos sociais urbanos nas análises posteriores de Castells. Se por um lado Estado dependeria dos movimentos sociais porque esses exerceriam a função de mapear as necessidades de reprodução dos trabalhadores no espaço urbano, informando os focos da contradição urbana, os movimentos sociais teriam sua dependência em relação ao Estado quanto ao acesso aos condições de acesso às instituições.

Conforme Gohn (2010, p. 193), o autor teria transitado entre a exaltação dos movimentos sociais urbanos à negação de suas potencialidades transformadoras, ainda que tivesse mantido o lugar de importância desses movimentos sociais quanto a sua potencialidade de gerar consciência política para novas transformações. Isso por que o Estado, com sua potencialidade para institucionalizar dos movimentos sociais e estes exercendo o papel de explicitar as contradições urbanas, é que seria o agente de transformação social, pois este é que implementaria as mudanças.

Alguns elementos importantes para compreender o lugar dos movimentos sociais nas lutas de classes também foram colocados por Jean Lojkin (1981), segundo Montaño e Duriguetto (2010). Esta contribuição a que os autores se referem tem em conta a aproximação de Lojkin às teorias de Gramsci e Lênin para trabalhar o caráter classista das lutas sociais. Por conseguinte, Lojkin apreende os movimentos sociais como “expressão das lutas de classes”, assim como, o potencial destes para contribuir com a formação de outro bloco hegemônico frente à hegemonia do capital e a relevância dos partidos políticos nas lutas de classes.

Ao estudar sobre o lugar do Estado no contexto do capitalismo monopolista Lojkin considera que a luta de classes não está restrita a esfera da produção, mas também perpassa toda a sociedade e os aparelhos estatais, de modo que o espaço urbano acabaria

sendo um elemento decisivo para a luta de classes. Conforme analisa Montañó e Duriguetto (2010, p. 325), no pensamento de Lojkin

o processo de urbanização, a distribuição espacial da população, o acesso aos equipamentos e serviços de consumo coletivo não podem ser pensados fora da relação com as estruturas de produção e com a exploração da força de trabalho.

Ainda, as análises de Lojkin, seja em relação à economia, ao Estado ou em relação aos movimentos sociais, rompem com a forma de abordagem de Castells ao passo que esta não consegue elaborar uma teoria com o horizonte da transformação social, segundo a crítica formulada pelo próprio Lojkin (GOHN, 2010, p. 191). Ao mesmo tempo, sua perspectiva de análise rompe, segundo Montañó e Duriguetto (2010), com as abordagens “subjetivista” e “acionalista” de Touraine e Evers, visto que esta ignora ou reduz a importância das estruturas centrais de poder, do Estado.

Nem uma teoria que imobilize o sujeito, considerado escravo das estruturas, nem uma teoria que, menosprezando as estruturas sociais, hiperdimensiona o poder dos sujeitos. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 326).

Segundo os autores citados acima, a crítica feita por Lojkin quanto à elaboração teórica de Castells é que esta seria incapaz de “propor uma teoria da transformação social”, pois Castells faz sua análise a partir da distinção entre estruturas e práticas. O autor, não só marginaliza as dimensões econômica e política colocadas na questão urbana, como também ignora que os bens de consumo coletivo tem sua dimensão econômica, que “são parte ativa do sistema de produção/comercialização e, portanto, das relações de produção” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 326). Assim, Castells não teria encontrado um caminho para qualquer processo de mudança porque trabalha com a distinção entre os sistemas econômicos, políticos e ideológicos e as relações entre as diferentes estruturas sociais.

O problema da abordagem de Castells, segundo Montano e Duriguetto (2010, p. 326) é que esta análise “levaria a ver a *historia*, como a vê Althusser, como *um processo sem sujeito* e os *sujeitos*, como meros *suportes das estruturas*”. Para os autores, enquanto Castells atribui valor as expressões de lutas sociais que surgiam no espaço urbano, Lojkin, ao contrário, teria qualificado a ideia de “movimentos sociais urbanos” como manifestações que ultrapassam o próprio lócus do urbano, indo para além das “lutas vinculadas aos meios de consumo coletivo” e rompendo com “seu limite de conteúdo ideológico e político em relação ao problema do poder do Estado”.

Este limite ideológico e político seria mantido, na concepção de Lojkin, se houvesse uma redução do urbano à esfera da reprodução da força de trabalho. A questão é que Castells acaba por limitar o urbano à reprodução estabelecendo um corte entre a esfera econômica e a esfera social, ou seja, a produção e o consumo coletivo. A dissociação entre essas duas esferas acabaria gerando uma leitura em que a prática dos sujeitos aparece como autonomizada em relação às estruturas.

Para Lojkin haveria na análise de Castells o entendimento de que a “contradição e a transformação não estão pois no sistema, na estrutura, mas na prática [situacional]” (LOJKINE, 1981 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 327), o que levaria o autor a entender que as ações dos sujeitos seriam incapazes de modificar as estruturas. Em contraste com Castells, o

espaço urbano [...] é entendido por Lojkin como o espaço em que confluem o econômico o político e o social, onde se interconectam os momentos de *reprodução das relações de produção* e da *reprodução da força de trabalho* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 327 – grifos dos autores).

Diante disso, a abordagem de Lojkin em relação aos movimentos sociais urbanos entende que estes deveriam articular-se com os movimentos sociais vinculados a esfera da produção em suas formas clássicas de organização como partidos políticos e sindicatos. Esta articulação colocaria a possibilidade de “conferir ao movimento social urbano um horizonte de luta que evoque diretamente a questão do poder político” (GOHN, 2010, p. 200).

Para Lojkin o impacto político desta articulação está na simultânea articulação das contradições que surgem no espaço urbano com as relações de produção. Deste modo, “o alcance histórico real de um movimento se constituiria [...] por sua capacidade de transformar o sistema socioeconômico no qual surgiu” (Idem: 327); isso por que, segundo Gohn (2010), os movimentos sociais eram para Lojkin o lugar de objetificação da decomposição da hegemonia dominante, o lugar do surgimento de forças contestadoras do poder e construção de uma nova hegemonia.

De modo diverso das concepções que analisam o Estado numa posição de “exterioridade” em relação às estruturas sociais, Lojkin propõe uma abordagem na qual o Estado tem lugar central na estrutura social. Nesta abordagem o político, para o autor, “aparece não tanto como ‘instrumento’ de uma classe, mas sim como lugar de luta de classes” (LOJKINE, 1981 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 327). Em Lojkin é o exercício de “pôr-se em movimento” que atribui os movimentos sociais a capacidade de transformar o sistema socioeconômico no qual surgiu. Segundo o autor,

uma classe dominada não foge disso espontaneamente. [...] É sempre a combinação da ação política de uma organização de classe independente com a sua 'experiência' que vai lhe dar a possibilidade de libertar-se realmente de sua servidão ideológica (LOJKINE, 1980,p. 299 apud GOHN 2010, p. 199).

A diferença na abordagem também aparece em relação ao lugar do Estado. Para o autor,

o Estado aparece [...] como um dos momentos, uma das manifestações da contradição fundamental entre a socialização do processo de trabalho e a apropriação provada dos meios de produção e do produto do trabalho. (LOJKINE, 1981 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 327).

Neste sentido, o Estado é entendido na análise de Lojkine como “uma forma social histórica intimamente ligada ao modo de produção que o gerou”, como um Estado próprio do capitalismo e que por isso é vinculado à hegemonia do capital.

Os movimentos sociais para Lojkine, enquanto forma de expressão da sociedade civil e lugar do surgimento de forças de contestação da hegemonia dominante, não tem como limite a reivindicação de serviços e bens coletivos perante o Estado, mas pode ter como horizonte a possibilidade, a qual Touraine descarta completamente, que é a de os sujeitos tomarem ou participarem do poder político do/no Estado.

Se de um lado, Touraine nega a conexão dos “novos movimentos sociais” com a “ação política”, visto que esta poderia subordinar o “tema de conflito” em relação ao poder do estado, Lojkine, de outro, entende que é justamente a conexão dos movimentos sociais com o poder político que define o seu alcance histórico.

Segundo Lojkine, a exterioridade dos “novos movimentos sociais” defendida por Touraine em relação ao poder do Estado é que seria responsável por marcar a “pureza” dessas organizações e “sua capacidade de emergir ‘fora’ da cena política e das organizações partidárias” (LOJKINE, 1981 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 328).

Do mesmo modo, Evers defende esta posição de exterioridade dos movimentos sociais em relação ao Estado ao passo que afirma que “o potencial transformador dos novos movimentos sociais não é político, mas sim sociocultural” (1984 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 328). Posições estas que, segundo Lojkine, seriam responsáveis por “reduzir o movimento social à sua dimensão utópica ou reformista”.

Portanto, a noção de movimentos sociais expressa para Lojkine uma forma de elevação das lutas de classe, sobretudo quando estas organizações estão articuladas com os movimentos tradicionais de organização e de luta de classes. Para o autor, “longe [...] de serem opostas, a mobilização das massas e sua organização política estão intimamente

ligadas no movimento revolucionário” (LOJKINE, 1981 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 329).

De modo geral, apesar das divergências entre as posições de Castells e Lojkine, estes autores convergem na ideia de que os movimentos sociais são expressão de um tipo de reação às contradições da sociedade capitalista e, que portanto, tem um caráter de classe intrínseco a eles. Se os movimentos sociais são vistos em sua relação com outras organizações e instituições tendo objetivos e estratégias diferenciadas, sua natureza é tomada pelo seu ponto de partida, as contradições surgidas da relação de exploração do trabalho.

Postas estas aproximações à abordagem marxista a respeito dos movimentos sociais, ainda que muito breve e certamente deixando a dever outros autores, sobretudo aqueles do pensamento marxista ortodoxo, levaremos nosso tema de estudo para a particularidade brasileira no capítulo seguinte, buscando verificar tanto o debate sobre os movimentos sociais na literatura própria sobre o tema no país, assim como, verificar a realidade do movimento social realizado pela luta de classes no Brasil.

2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

As lutas sociais estão presentes na história do Brasil, Segundo Ianni (1985, 2004), desde os remotos tempos da colônia. Contudo, apesar de não termos a intenção renegar as lutas travadas pelos trabalhadores ao longo de todo este período, não pretendemos expor um quadro historiográfico delas, pois foge as nossas intenções e do alcance da pesquisa realizada neste trabalho, o que certamente resultaria numa possível desconsideração desavisada de uma ou outra expressão das lutas sociais.

Deste modo, com intuito de refletir sobre as práticas do Estado brasileiro, as disputas políticas que o envolve e a relevância dos movimentos sociais enquanto expressão das lutas de classes, ao longo do processo histórico consideramos como ponto de partida as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridas a partir da segunda metade da década de 1950 e intensificadas com a ditadura de 1964, pois neste período a economia brasileira nacional passou por um processo intenso de internacionalização associado a um momento histórico de disputas por projetos de nação e sociedade (IAMAMOTTO, 2014; NETTO, 2011) com fins de garantir a intensificação da exploração da força de trabalho. Nesta conjuntura em que burguesia e oligarquia agrária explicitam seu caráter autocrático burguês, tal como colocado por Fernandes (1981), a correlação de forças na luta de classes altera significativamente a condição política para os trabalhadores.

Segundo Netto (2011, p. 18-20 – grifos do autor)., “por força de um processo cumulativo que vinha dos meados da década anterior”, coloca-se no início dos anos 1960 a possibilidade de rupturas com traços que são constitutivos da formação social brasileira. Conforme o autor, “cria-se uma conjuntura que põe a *possibilidade objetiva* de promover uma significativa inflexão na sociedade brasileira, alterando e revertendo aquelas linhas de força”.

Estes traços da formação social do Brasil a que se refere o autor vale nos determos rapidamente: a) o fato de que aqui o desenvolvimento do capitalismo se deu conjuntamente com formas econômico-sociais que, a princípio, seriam contraditórias ao seu desenvolvimento; b) é próprio da formação social do Brasil a “expulsão das forças populares dos processos de decisão política” e a constante utilização de mecanismos de coerção por parte dos setores dominantes para neutralizar a inserção da população no poder político; c) a relação do Estado com a sociedade civil, em especial, a relação do Estado com

organizações da sociedade civil que expressam os interesses “de vontades coletivas e projetos societários alternativos”. O autor coloca que a relação do Estado brasileiro junto a essas agências atua como “vetor de desestruturação, seja pela incorporação desfiguradora, seja pela repressão”.

Segundo o autor, após a tentativa fracassada de golpe que envolveu a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961 “as forças mais expressivas do campo democrático [...] ganharam uma nova dinâmica”. Com a posse de João Goulart as forças democráticas vinculadas aos setores populares mobilizaram-se intensamente em torno das reformas de base⁹, colocando em xeque a continuidade do “capitalismo sem reformas e a exclusão das massas dos níveis de decisão” (NETTO, 2011, p. 22).

Para o autor, a emersão de amplos extratos da classe trabalhadora no cenário político “era um *fato novo* na vida do país”. Para o autor, este contexto não se caracterizou em um “quadro pré-revolucionário”, mas indicava uma reestruturação do padrão de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e uma intensa democratização da sociedade e do Estado. O que se colocava naquele período era uma conjuntura de intensa disputa política pelos rumos do país.

Contudo, com o golpe civil-militar a possibilidade da maior socialização do poder político é postergada. Conforme Netto (2011, p. 25), a “inflexão política que poderia [...] romper com a heteronomia econômica do país e com a exclusão política da massa do povo” resultou-se inconclusa.

Segundo Netto (2011, p. 16), o golpe de abril significou uma “contra revolução preventiva”¹⁰, que teve como finalidade

adequar os padrões de desenvolvimento nacional conforme as necessidades do capital internacional, imobilizar resistências à inserção subalterna do país frente ao desenvolvimento do capital e retardar tendências revolucionárias.

Assim, a particularidade histórica brasileira, conforme Netto (2011, p. 17), conflui para a “contra-revolução preventiva” traços próprios, e profundamente conectados, ao processo de formação social do país. Neste período diversas organizações políticas de contestação ao

⁹ Em um contexto de intensificação de lutas sociais o governo João Goulart propõe um conjunto de medidas que tinham como propósito alterar diversos setores, de modo que essas propostas tornaram-se bandeiras conhecidas com reformas de base, cujas principais reformas defendidas eram agrária, urbana, fiscal, bancária e universitária.

¹⁰ Em seu livro *A Revolução burguesa no Brasil* (1981) Florestan Fernandes argumenta que a revolução burguesa no Brasil não configurou-se como uma revolução de caráter nacional e democrático, mas ao contrário; houve uma confluência entre burguesia e oligarquia agrária, resultando numa contra-revolução preventiva e permanente que surge e se mantém dentro da própria ordem, tal como colocado por Ianni (1996): uma “revolução pelo alto”.

processo ditatorial foram violentamente reprimidas, literalmente eliminando as forças populares do campo de disputa política.

Na avaliação do autor (2011, p. 15), ao fim do ciclo autocrático burguês “nenhum dos grandes e decisivos problemas estruturais da sociedade brasileira estava solucionado, mas ao contrário; eles foram aprofundados”. Assim, o ocaso da ditadura autocrático-burguesa é marcada pela própria incapacidade de sua auto-reprodução frente ao re-ascenso dos movimentos populares. Conforme o autor,

em face do acúmulo de forças da resistência democrática e da ampla vitalização do movimento popular [...], a já estreita base de sustentação da ditadura experimentou um rápido processo de erosão que compeliu a empreender negociações a partir de uma *posição política defensiva* (NETTO, 2011, p. 35 – grifos do autor)

Por isso, o governo Figueiredo (1979-1985) é, segundo o autor, a expressão candente de que o “projeto de auto-reforma”, ou seja, a estratégia de abertura do regime ditatorial se mostrou incapaz de impor suas próprias regras.

Com a crise do capitalismo em escala internacional nos primeiros anos da década de 1970, o “milagre econômico” brasileiro começou a se desfazer, mostrando o esgotamento do projeto tecnocrático e modernizador-conservador do regime (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 137), levando ao agravamento da precariedade das condições de vida dos trabalhadores em detrimento da necessidade de recomposição das taxas de crescimento do capital monopolista. Ou seja, as medidas econômicas implementadas pelo governo militar se deram com suporte na ampla repressão sob diversos setores populares, entre eles sindicatos, associações, grupos religiosos, grupos revolucionários, estudantes e intelectuais (GIANNOTTI, 2007).

Neste contexto, a insatisfação com o fracasso dos planos econômicos do governo militar, a miséria da população, e os anseios pela redemocratização motivaram uma situação de efervescência popular, que conforme Behring e Boschetti (2011, p. 138), seria resultado de demandas reprimidas durante todo o período ditatorial. É neste momento emergiram diversos movimentos de resistência ao regime militar; período em que, segundo Gianonotti (2007), os movimentos confluíram montando não somente uma frente de resistência à ditadura, mas a conformação de um projeto da esquerda que foi de fundamental importância para recolocar a correlação de forças políticas em outros patamares.

Neste período, apesar da violenta repressão da ditadura, com o agravamento da precarização das condições de vida, ouve uma retomada intensa dos movimentos grevistas por todo o país, com destaque para as atividades grevistas das organizações sindicais do

setor metalúrgico e da organização dos trabalhadores rurais que já sentiam o peso do projeto da “modernização conservadora” no campo, e também organizações como o Partido dos Trabalhadores, a Comissão Pastoral da Terra, a Central Única dos Trabalhadores e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fundados nos primeiros anos da década de 1980.

Já na segunda metade dos anos 1980 a campanha pela participação popular no processo da Constituinte, que antecedeu a promulgação da Carta de 1988, mobilizou diversos setores e organizações da sociedade civil, tanto do campo progressista quanto do campo conservador, configurando-se num intenso processo de disputa política em torno do projeto constitucional, resultando em uma espécie de híbrido entre o velho e o novo (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 142).

A curva ascendente das mobilizações dos movimentos sociais desencadeadas desde a década anterior frente a crise e os impactos sociais da socialização da dívida, que conforme Behring e Boschetti (2011, p. 140) estavam na raiz do movimento político contra a ditadura, somou-se ao Movimento Nacional pela Constituinte, provocando novamente uma alteração na correlação de forças da conjuntura política brasileira, de modo que se configurou a possibilidade histórica do enfrentamento político pela via democrática institucional; quadro que acabou por impor outros dilemas aos movimentos sociais, no que se refere à autonomia destes em relação ao Estado, como veremos adiante.

A despeito dos avanços contidos na Carta Constitucional de 1988, a entrada dos anos 1990 dá início a uma forte ofensiva de um projeto de contra-reforma que evidencia o caráter popular dos setores hegemônicos da sociedade brasileira, conforme colocam Behring e Boschetti (2011, p. 151). A dívida externa assumida pelo governo militar que despontava já na década de 1980, implicando na escolha política de regular os gastos do Estado, sobretudo no que diz respeito aos gastos sociais, resultou numa investida que, segundo Duriguetto (2009), se materializou em “mudanças requeridas pelo processo de reestruturação produtiva e pelo desmonte da regulação estatal no campo da economia e dos direitos sociais formalmente garantidos em 1988”.

Em síntese, o que pretendemos expor aqui, mesmo que sumariamente, é que o padrão de intervenção do Estado brasileiro, dadas as características próprias de sua formação social, no processo de desenvolvimento do capitalismo em seus diferentes momentos, imprimiu na relação entre o Estado e as organizações políticas dos

trabalhadores uma configuração de violenta repressão das lutas sociais combinada com a busca de consentimento e de permanente exclusão dos setores populares das instâncias de decisão política e de mascaramento das lutas de classes.

Conforme Ianni (1985, 1996), o processo de transição ao capitalismo, tendo se constituído “pelo alto” é expressão do caráter elitista e antipopular do Estado brasileiro que, sob o domínio do grande capital, historicamente media as relações de poder junto aos setores populares com elementos de reinteração de antigas soluções autoritárias, utilizando-se da coerção e da cooptação no momento em que lhe é conveniente. Esta determinação histórica, que segundo Duriguetto (2009, p. 14), “conformou uma dinâmica social em que as ações e demandas das classes subalternas foram incorporadas sob a lógica da repressão, do clientelismo, do paternalismo e do autoritarismo” do Estado brasileiro.

É considerando a importância da luta dos trabalhadores ao longo deste período, mas também reconhecendo a trajetória autoritária do Estado brasileiro no desenvolver dessas lutas é que vamos expor em seguida um breve apanhado das análises sobre os movimentos sociais que buscaram interpretar as lutas sociais no Brasil, dentro de um quadro de vasta discussão, que sabemos não esgotar neste espaço, mas que entendemos ser pertinente para colocar problemas que nos conduzam a refletir sobre o Serviço Social brasileiro na relação com os movimentos sociais.

2.1 Debate sobre os movimentos sociais no Brasil

Conforme apontamos na seção anterior, as características próprias da formação social brasileira imprimem um padrão de intervenção e relação entre o Estado brasileiro e as organizações políticas dos trabalhadores uma posição uma permanente exclusão dos setores populares das instâncias de decisão política através de violenta repressão das lutas sociais, mesclada com a busca de consentimento e do mascaramento da luta de classes.

Esta condição pode ser considerada como um dos elementos que contribuíram para que a produção teórica brasileira acerca dos movimentos sociais mantivesse uma preocupação constante na relação destes com o Estado. Como coloca Reis (2000), a produção teórica sobre os movimentos sociais no Brasil é atravessada por esta relação, que acabou por imprimir momentos de recusa total ao Estado, o aparelhamento institucional com

o mesmo, assim como, a convivência política supostamente à parte deste, entendendo-o como um tipo de não-objeto.

Assim, a autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado é uma das questões que mais movem esforços de análise dos intelectuais que se dedicam ao tema. No Brasil, pode-se dizer que esse esforço é realçado pelos processos ditatoriais que marcaram a socialização política e também pelas estratégias políticas de resistência que os trabalhadores foram construindo ao longo de sua história de lutas.

Se a conjuntura da política autoritária do governo militar experimentada a partir do golpe de 1964 levou algumas análises sobre os movimentos sociais a privilegiarem uma posição de antagonismo destes em relação ao Estado, à partir do processo de democratização a literatura consultada sobre os movimentos sociais que estavam em atividade neste período começou a apontar para a possibilidade de interlocução com o aparelho estatal; tanto no seu aspecto positivo que se abriu com a retomada do estado democrático de direito e a possibilidade de controle social pelos setores populares, quanto no seu aspecto negativo de relação com o Estado, em especial a tendência de cooptação e aparelhamento dos movimentos sociais.

Mas de modo geral, o que se mantém na literatura consultada é o lugar de importância dos movimentos sociais no sentido que estes foram ao longo da história se impondo como uma resposta de enfrentamento ao autoritarismo exercido pelas classes hegemônicas, o questionamento acerca da centralização do poder político, assim como, um importante instrumento de enfrentamento à precarização das condições de vida dos trabalhadores; contribuindo, conforme Marro (2006, 2013), com um processo de politização da sociedade.

Em função do ciclo autoritário do regime militar o Estado era entendido como um adversário, cabendo aos movimentos sociais manterem uma relação de autonomia em relação a ele. Conforme Montaño e Duriguetto (2010, p. 333), seria necessário manter a “autonomia tanto em relação ao Estado autoritário quanto em relação às suas práticas populistas e clientelistas, que contaminavam os movimentos que com ele se relacionavam”, ou conforme Gohn (2010, p. 313), “nos anos 70 até meados dos 80, era um tanto consensual entre os movimentos e as redes de assessorias que se deveria construir um contrapoder popular, uma força popular independente do Estado”.

Emir Saber (2005) também destaca esta polarização entre o Estado e a sociedade civil imprimindo na história das lutas sociais uma espécie de “anti-estatismo”, de negação do Estado, dada a conjuntura de forte violência e autoritarismo. Para Sader (2005, p. 322), a ausência de entendimento por parte dos movimentos sociais de que o projeto que estava se esgotando não era propriamente o da ditadura, mas o modelo de acumulação capitalista que demandava esta forma de regime político, fez com que nos prolongados anos de ditadura e a consequente expectativa de retorno à democracia levasse os movimentos sociais a incorporarem categorias como “democracia”, “cidadania” e “sociedade civil”, mas sem necessariamente articular essas categorias com um projeto mais amplo.

Para o autor, como consequência, esta expectativa de retorno à democracia foi politicamente frustrada para a esquerda, que estaria mais atenta as necessidades democráticas do que propriamente com projetos amplos de enfrentamento do sistema capitalista. Isso porque a crise do ciclo recessivo do capitalismo iniciado na década de 1970 foi resolvida não somente com a recuperação do Estado democrático, mas com uma profunda reforma da economia e do Estado (SADER, 2005, p. 322), de modo que a retomada da democracia resultou apenas em retirar o Estado daquela posição de “inimigo comum” dos movimentos sociais e não na superação da precarização das condições de vida. **De quem?**

Por outro lado, já no sentido de evidenciar os impactos da ação coletiva em relação ao regime político sugeriram também análises que buscavam entender como os movimentos sociais se relacionavam com o Estado, assim como, as relações que este estabelecia com os partidos políticos e outros sujeitos; ou seja, as possibilidades de interlocução com o aparelho estatal.

Este caminho de análise é reforçado pela campanha pela participação popular no processo da constituinte, que culminou na Constituição de 1988; processo que segundo Montaño e Duriguetto (2010), mudou os termos do debate, pois os movimentos sociais começaram a se mostrar favoráveis à negociação com a institucionalidade política, abrindo assim um espaço de interlocução política com o Estado.

Uma expoente importante nesta direção é Evelina Dagnino¹¹ (2000 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, P. 333) que afirma que o que prevalece neste movimento é a retração das mobilizações de confronto com o Estado e a priorização de ações institucionalizadas

¹¹ Ver em DAGNINO, E. Cultura cidadania e democracia: a transição dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S. et al. (Org.) *Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000

visando a busca do diálogo e de formas alternativas de participação no sistema de representação de interesses, sempre marcado pelo discurso da reformulação da noção de “interesse público”, pela valorização do estado democrático de direito.

Neste sentido ganha importância na literatura sobre o tema o processo de articulação dos diversos movimentos sociais para “legalizar” a participação popular através de um estatuto coletivo institucional da Carta de 1988. Isso presume, para Dagnino (Idem: 333), “a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento”. Deste modo, a função dos movimentos sociais seria o de generalizar os interesses dos indivíduos através de coletivos e qualificá-los como direitos, levando assim ao aprofundamento dos direitos de cidadania.

Já Eder Sader (2001), ao analisar a emergência e os desdobramentos dos movimentos sociais que desde o período da ditadura foram construindo as bases da redemocratização entende, diversamente da posição negativa de Sader (2005), que apesar destes não terem a transformação das estruturas sociais como horizonte eles influenciaram decisivamente na conformação de um novo cenário político no Brasil. Este novo cenário político, segundo o autor, não seria dado apenas pela possibilidade positiva de interlocução com o Estado por via da Constituição de 1988, conforme encontramos em Dagnino (2000 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010), mas sobretudo devido às mudanças provocadas nas suas matrizes discursivas dos sujeitos políticos.

Em seu lugar o autor argumenta que, ainda que indiretamente, as greves e a ascensão dos diversos movimentos sociais expressaram um quadro de “renascimento da sociedade civil” no país onde “novos sujeitos sociais” mobilizavam-se de modo relativamente autônomos em relação ao Estado, de modo que este deixaria de ser tomado como referência para a atividade dos movimentos sociais.

Gohn (2006), nesta mesma direção destaca a relevância do processo de redemocratização e o engajamento na participação da Constituinte para o *empoderamento* político e cultural dos diferentes atores sociais, uma vez que nesta conjuntura houve um movimento de conscientização através do reconhecimento dos direitos pela população.

Para a autora os movimentos sociais tem um lugar importante, na medida em que agem na promoção e *empoderamento* das identidades coletivas. Seu entendimento acerca do que são os movimentos sociais propõe a seguinte conceituação:

movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários

da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre os temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum (GOHN, 2010, p. 251).

Ainda, para Gohn (2010, p. 268-271) há cinco categorias, ou tipologias, de movimentos sociais: 1) aqueles que são constituídos a partir da origem social da instituição que apoia ou obriga seus demandatários, como exemplo os movimentos religiosos, político partidários, sindicais ou corporativos; 2) Movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana, como os movimentos de gênero, etnia, ciclo etário, etc.; 3) movimentos constituídos a partir de determinados problemas sociais, por exemplo, os movimentos por saúde, transporte, moradia, preservação ambiental e patrimonial, etc.; 4) aqueles movimentos sociais surgidos em função de questões conjunturais, dando origens a insurreições, protestos, motins, revoluções, etc.; e 5) aqueles movimentos sociais que seriam constituídos a partir de ideologias como o anarquismo, marxismo, o cristianismo, os quais, segundo a autora, seriam aqueles que tem certa efemeridade no curso da história.

Para a autora, os movimentos sociais que surgiram pós anos 1970, primeiramente contra o Estado e em seguida ocupando espaços de participação direta, dão lugar nos anos 1990 às organizações não governamentais, que segundo a autora, “tem se revelado estruturas capazes de desempenhar papéis que as estruturas formais, substantivas, não tem conseguido exercer enquanto estruturas estatais” (GOHN, 2010, p. 303).

Este quadro que se coloca à partir dos anos 1990, segundo a autora, se deve em parte a uma redefinição no cenário das lutas sociais; momento em que os movimentos sociais entram em crise tanto no sentido de sua organicidade, mobilização, legitimidade, em grande parte sob influência da crise dos referenciais internacionais que se mostraram sobretudo com a queda do muro de Berlim e o fim da experiência da União Soviética. Assim, para a autora, é a mudança nos valores que fundamentam as ações dos movimentos sociais e seus avanços ou recuos nas respostas que podem ser alcançadas por algum coletivo de pessoas que demandam algum tipo de bem, seja ele material ou simbólico.

Gohn (2005) justifica que as classes sociais são rejeitadas em função das diversidades e das identidades culturais, as quais, segundo a autora, já se apresentavam como lutas independentes do mundo do trabalho, uma vez que estes grupos sociais

constituíam novas identidades sociais conformadas por novos significados políticos, tendo o cotidiano como negação da representação institucional e de poder.

Assim, Gohn confirma que seu entendimento acerca dos movimentos sociais refere-se a “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2005, p. 72). A autora parece concordar com Alain Touraine sobre que os movimentos sociais expressam “energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte” (2011, p. 336). Essas energias que, na concepção da autora, anteriormente eram dispersas, passam agora a ser “canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em ‘fazeres propositivos’” (Idem: 336).

A análise de Gohn também parece manter diálogo com Habermas. A autora afirma que o uso dos novos meios de comunicação e informação como a internet são amplamente utilizados pelos movimentos sociais e “por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo” (Idem: 336). Esta “comunicabilidade”, enquanto característica dos movimentos sociais contemporâneos faria com que surgisse e se desenvolvesse “novos saberes”.

É em função desta capacidade de “fazer propositivo” e “comunicabilidade” que os movimentos sociais, segundo a autora em questão, tem o potencial de realizar “diagnósticos” sobre a realidade social e conseqüentemente, construir propostas e atuar propositivamente em redes. Assim, os movimentos sociais,

atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede (GOHN, 2011. p. 336).

Deste modo, caberia aos movimentos sociais, através da construção de “representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas”, o papel do *empoderamento* dos sujeitos – atores sociais – como forma de resistência e luta pela inclusão no âmbito da sociedade civil.

Esta análise, portanto, comporta a possibilidade de se pensar “projetos de mudança social” sem, contudo, transformar o sistema econômico ou a hierarquia de poder político – ainda que se considere a importância deste processo para a classe trabalhadora. Isso porque, segundo Montaño e Duriguetto (2010), a cidadania tenderia a aparecer apenas como equivalente às liberdades e autonomias no campo da sociedade civil e as “desigualdades” sociais encontram solução por meio dos direitos.

Em consequência desta tendência seria então, conforme os autores, a de valorizar as “lutas microscópicas” e fragmentadas, sem definições coerentes de suas estratégias políticas, tendo apenas como eixos norteadores os processos de construção de identidades e as dinâmicas culturais dos agentes que participam de determinado grupo de interesses na sociedade civil.

Diversamente da abordagem de Gohn (2005, 2011) acerca das potencialidades dos movimentos sociais e os desdobramentos ocorridos após o movimento de aproximação dos setores populares ao Estado por via da abertura ao controle social possibilitada pela Constituição de 1988, Duriguetto (2009, p. 15) aponta que o período que se abre com a década de 1990 marcou um momento de crises e tensões para os movimentos sociais, mas que isso não significa perda da importância dos movimentos sociais em detrimento de outros sujeitos coletivos, tal como sugerido por Gohn.

Conforme a autora torna-se claro neste contexto um redirecionamento das ações dos movimentos sociais para a institucionalização de suas relações com as agências estatais; as quais ganharam centralidade como campo estratégico de demandas por direitos de cidadania e ampliação da democracia e ampliação da cidadania. Conforme a autora, houve neste contexto um

abandono de atitudes de confronto e de reivindicação pela valorização de condutas institucionais pragmáticas e propositivas na busca de diálogo, negociação, parcerias com o Estado e de formas alternativas de participação no sistema de representação de interesses (DURIGUETTO, 2009, p. 15).

Assim, o quadro montado após a redemocratização acabou por colocar dilemas outros nesta dinâmica contraditória entre autonomia e interlocução dos movimentos sociais com o Estado; condição histórica esta que altera substancialmente aquele caráter novo da cultura política do país, tal como descreveram Sader (2001) e Gohn (2010), pois muitos deles passaram a se mobilizar em torno do plano institucional pelos canais de participação e representação política criados com a Constituição de 1988, como os conselhos, comissões, audiências, fóruns, etc.

Todavia, para a autora o que ocorreu nesta conjuntura ultrapassa a tendência de alterações na cultura política, mas a impossibilidade da viabilização desta alternativa enquanto possibilidade concreta de democratização do poder político, uma vez que o avanço do projeto neoliberal que se colocou em curso na entrada dos anos 1990 não compreende em sua agenda o aprofundamento dos direitos de cidadania, mas o contrário, opera uma regressão do quadro dos direitos constitucionais, tal como apontado por Netto (2012) e

Harvey (2011). Conforme Netto, não se trata de “reduzir a intervenção do Estado”, mas de encontrar condições ótimas que só é possível atualmente, segundo o autor, com o estreitamento das instituições democráticas para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe (2012, p. 88), ou seja, uma erradicação daqueles mecanismos de regulação com alguma substância democrática no quadro das estratégias de manutenção da ordem do capital no momento de crise.

Outra abordagem importante acerca dos movimentos sociais em sua relação com o Estado é a de Lúcio Kowarick, autor que segundo Montaño e Duriguetto (2010, p. 335) parte dos estudos de Castells em torno da ideia de “contradições urbanas” para analisar a emergência dos movimentos sociais no Brasil no contexto do capitalismo em sua fase avançada.

Kowarick (1979) caracteriza o “crescente processo de pauperização e dilapidação da força de trabalho decorrente do modelo capitalista de desenvolvimento”, marcado pela distribuição desigual dos serviços urbanos, como processos de “espoliação urbana”, categoria central para o autor. Deste modo, o autor considera que os movimentos sociais urbanos no Brasil teriam um caráter anti-espoliatório na medida em que estes teriam como objetivo a afirmação de direitos referentes ao consumo coletivo. “Os movimentos sociais urbanos, teriam, assim, um conteúdo transformador, que se materializaria na unificação de seu discurso crítico” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 335).

Esta análise de Kowarick, ao qualificar os conflitos de classes como luta por serviços coletivos coloca o Estado como centro das reivindicações. Mas diferentemente daquelas análises que atribuíam aos movimentos sociais a função de interação com o Estado para a garantia de direitos, esta leitura toma o Estado como alvo de contestação por parte dos movimentos sociais. E é por esta razão que aparece também aqui a ideia de que os movimentos sociais precisariam manter sua autonomia em relação às instituições públicas, assim como, em relação a outras organizações que pudessem implicar qualquer perda na autonomia dos movimentos.

Esta abordagem, contudo, é alvo de críticas devido sua associação linear entre a precariedade das condições de existência e a emergência de movimentos ou organizações”, assim como, devido a sua agregação arbitrária das reivindicações dos movimentos em função de um único critério, resultando, segundo Montaño e Duriguetto (2010), na

interpretação de que todas as reivindicações seriam na ordem dos bens de consumo coletivo urbano.

De modo geral, as interpretações que atribuíam aos movimentos sociais a função de transformação ou mudança, segundo Montañó e Duriguetto (2010), passaram a ser questionadas ao passo em que as demandas da maioria dos movimentos mostraram-se como demandas por direitos de cidadania, não se configurando assim como necessidades por transformação radical do sistema capitalista.

Os autores consideram que o distanciamento dos temas próprios do trabalho, da esfera da produção, acabaram por afastar parte significativa dos movimentos do conteúdo classista das lutas sociais e que a particularidade, ou nas palavras dos autores, o “particularismo” das demandas destes movimentos implica na tendência ao isolamento desses grupos; “frequentemente sem relação aparente de uns com os outros, favorecendo seu fechamento em práticas localizadas”.

Esses limites, conforme os autores, acabaram por conduzir a alternativa de uma nova convivência com o sistema. Contudo, os autores consideram que o próprio aparecimento destes temas que estão fora da esfera imediata da produção – gênero, etnia e raça, orientação sexual, ecologia, cultura, etc. – podem contribuir para “revelar que as condições da reprodução do capital ultrapassam seu simples movimento econômico para se estender à totalidade das condições de existência” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 266). Assim, os autores colocam que os movimentos sociais “surgem ora como *complemento*, ora como *alternativa*, aos movimentos de classe tradicionais e os partidos políticos de esquerda” (2010, p. 335).

Marro (2006) – assim como Montañó e Duriguetto (2010), que são autores que tratam do tema a partir de sua inserção no Serviço Social –, ainda mantendo uma abordagem no horizonte da perspectiva de luta de classes busca refletir sobre a condição dos movimentos sociais no contexto da América Latina fundamentando sua análise à luz dos acontecimentos históricos que colocaram a crise de paradigmas que fizemos referencia no capítulo anterior. Em decorrência disso, a autora propõe uma abordagem que pretende ultrapassar o debate polarizado acerca dos movimentos sociais, com posições bastante diversa daquelas apontadas anteriormente.

Se no conjunto das análises os movimentos sociais aparecem postos em meio a pares de polarização – rejeitando ou disputando o Estado, interagindo ou convivendo com o

mesmo sem apresentar riscos, se aparecem rigidamente tomado por um caráter social ou político, sistemático ou anti-sistêmico – a autora propõe apreendê-los em sua relação contraditória e histórica, de modo que a apreensão adequada do significado histórico dos movimentos sociais e da renovação das experiências de organização de classe deve partir da compreensão dos movimentos sociais como

expresión de las relaciones sociales objetivas y subjetivas, determinadas por las relaciones entre estructura y superestructura en el movimiento real de la totalidad social concreta de un determinado periodo histórico - siendo que sus manifestaciones pueden ser estructurales o coyunturales (MARRO, 2006, p. 10).¹²

Assim, a autora coloca que o movimento social, entendido em suas múltiplas expressões, apresenta dilemas e desafios que demandam a busca por novas respostas, seja do ponto de vista das ações concretas, seja do aporte explicativo desta realidade.

A autora coloca que esta renovação das formas de organização das classes trabalhadoras coloca o desafio de refletir sobre a “crise do partido político”, enquanto instrumento central para a organização de classe, assim como, sobre a subordinação dos movimentos sociais aos partidos. Segundo a autora, isso não significa desconsiderar o partido político, enquanto “momento político-universal”, mas redimensiona o lugar dos movimentos sociais frente a leitura dualista que distingue tão enfaticamente movimento social e movimento político.

Assim, de acordo com a autora, o fato de que no Brasil existam diversos movimentos sociais que não tem incidência direta na tomada do poder político não significa dizer que estes não tenham importância político-ideológica e que não tenham incidência na esfera político-institucional.

Segundo Marro (2006, p. 9), os movimentos sociais são de extrema importância visto que historicamente eles têm se apresentado como uma resposta ao autoritarismo e os processos de repressão política, provocado uma ampliação nas propostas políticas de participação direta ao colocar o questionamento acerca da centralização do poder político e, contribuído com o processo de politização da sociedade.

Assim, o significado dessas experiências segundo a autora, está no fato de que o conjunto dos movimentos sociais expressam a potencialidade de incidir sobre o Estado. Todavia a autora adverte que esta relação entre os movimentos sociais e o Estado não deve

¹²“expressão das relações sociais objetivas e subjetivas, determinadas pelas relações entre estrutura e superestrutura no movimento real da totalidade social concreta de um determinado período histórico – sendo que suas manifestações podem ser estruturais ou conjunturais (MARRO, 2006, p. 10 – tradução livre).

ser dualista, tomando de um lado o Estado, como aquela instituição que por ser instrumento de realização do capital não comportaria a possibilidade de conquistas significativas por parte dos trabalhadores e por outro oposto a sociedade civil, como aquela que de fato permitiria a expansão de experiências políticas para além do quadro da exploração capitalista.

Diversamente desta leitura, a apreensão desta relação, conforme a autora, deve permitir a compreensão de que "sociedad civil y Estado son dos momentos de una misma realidad socio-histórica, y que este último es expresión avanzada de la disputa de proyectos societários" (2006, p. 10).¹³ Assim, sendo sociedade civil e Estado entendidos como dois momentos de uma mesma realidade, significa dizer que estão ambos inseridos na dinâmica da luta de classes, com suas contradições limites e possibilidades.

Visto essas análises que nos permitem apreender os movimentos sociais em sua complexidade, como expressão das lutas de classes que é marcada pelos desdobramentos sócio-políticos da crise do chamado socialismo real, das crises do capital e da configuração do Estado brasileiro, seguiremos no próximo capítulo com a exposição do estudo acerca do significado próprio da relação do Serviço Social com os movimentos sociais.

¹³ "sociedade civil e Estado são dois momentos de uma mesma realidade sócio-histórica, e que este ultimo é expressão avançada da disputa de projetos societários (2006, p. 10 – tradução livre).

3. SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS E PROJETOS POLÍTICOS

De acordo com Iamamoto (2011), o serviço social se configura como “um tipo de especialização do trabalho coletivo” inserido no do processo de produção das relações sociais no contexto do capitalismo, cujo exercício profissional está calcado na mediação entre capital e trabalho pela resposta às expressões da “questão social”. Assim, trata-se de uma profissão que é historicamente situada e parte constitutiva deste mesmo processo. Portanto, o significado social da profissão só pode ser apreendido ao situá-la enquanto participante “da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas” (IAMAMOTO, 2011, P. 77).

Esta perspectiva de análise que a autora nos oferece nos parece importante para estabelecermos o distanciamento daquelas concepções que tinham por princípio a concepção das relações sociais pela ótica da particularidade espiritual e/ou moral de cada indivíduo, abstendo-se do fato de que esta singularidade mesma é conformada na e pelas relações de sociabilidade, ou seja, a singularidade tida como resultante da constante interação dos indivíduos em sociedade, tal como coloca a própria autora.

Conforme a análise de Iamamoto, “as respostas à questão social sofrem alterações mais significativas nas conjunturas de crise econômica e de crise de hegemonia no bloco de poder” (2011, p. 85). Se antes os “problemas sociais” eram tratados por via das ações de caridade, no período de expansão do capitalismo estas iniciativas filantrópicas já não se mostram suficientes. As necessidades de reprodução social, segundo a autora, exige que no contexto do capitalismo industrial surjam intervenções sistemáticas e profissionais qualificados para atender as demandas postas pela “questão social”.

A contradição fundamental entre trabalho e propriedade privada dos meios de produção, base concreta da contradição entre a burguesia e o proletariado, faz com que este último tome consciência de si enquanto classe social e exija do Estado e da burguesia industrial o reconhecimento de suas necessidades (IAMAMOTO, 2011, P. 84). Manifesta a contradição entre as classes sociais fundamentais do sistema de produção capitalista, o Estado é chamado a intervir diretamente sobre as diversas formas de manifestação da então chamada “questão social”.

Neste contexto o Estado amplia a sua intervenção na conflituosa relação entre as classes, exercendo, além da regulamentação jurídica da condição de igualdade formal e a manutenção da propriedade privada através dos mecanismos de repressão, formas de intervenção através da prestação de serviços sociais como meio de enfrentamento da “questão social”.

Diante disso, o Estado passa a formular e executar políticas sociais enquanto instrumentos capazes de dar respostas às demandas do trabalho, mas também enquanto condição de garantia da produtividade deste e a consequente apropriação do valor criado pelo trabalho, dadas as condições de funcionamento do sistema capitalista.

Todavia, deve-se considerar que as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado não abrangem apenas os trabalhadores inseridos diretamente no mercado de trabalho, mas também aqueles que compõe a chamada superpopulação relativa. Conforme Iamamoto,

a sociedade é obrigada a ocupar-se com a manutenção dessa parcela da classe trabalhadora alijada do mercado de trabalho. Os capitalistas, embora impelidos a partilhar dos custos de reprodução dessa população, tentam, na medida do possível, desincumbir-se de tal ônus [...] (2011, p. 84).

Frente à massa sobrando do mercado do trabalho livre que se propaga pela lógica própria da ordem capitalista, o Estado é chamado a assumir o controle da condição de miséria dessa parcela da população socializando os custos de reprodução do trabalho; cuja manutenção é imprescindível ao movimento de reprodução do capital.

Em contraste com as ações caritativas de setores da igreja e de frações das classes dominantes sob as mazelas sociais, neste contexto, o Serviço Social, segundo Iamamoto (2011, p. 86), “afirma-se como profissão, estritamente integrado ao setor público em especial, diante da progressiva ampliação do controle e do âmbito da ação do Estado junto à sociedade civil”. É deste modo que o serviço social se consolida como profissão assalariada e, portanto, inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Conforme a autora, é por esta razão que “não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula” (2011, p. 86) tal como faziam e fazem os agentes da filantropia humanitária. Assim, para apreender o significado social da profissão é necessário que se considere a sua vinculação com as instituições que tomam parte dos conflitos entre as classes sociais na dinâmica de reprodução das relações que dão sustentação ao modo de produção do capital.

Ainda, a autora coloca que, embora o serviço social seja regulamentado como uma profissão liberal, historicamente a categoria não exerce suas funções de modo dissociado

das organizações que contratam seus serviços. Dentre as instituições que contratam o trabalho da categoria, o Estado aparece como uma instituição de destaque, visto sua condição de centralidade do exercício político, de mediador das contradições expressas nas relações sociais.

O Estado, segundo lamamoto, tendo alargado o quadro de suas funções, coloca-se como “uma das molas propulsoras e incentivadoras” tanto da qualificação técnica quando da ampliação do campo de trabalho do serviço social, em consonância com as estratégias de enfrentamento da “questão social” por parte dos setores vinculados ao patronato. Segundo lamamoto

O assistente social passa a receber um mandato direto das classes dominantes para atuar junto à classe trabalhadora. A demanda de sua atuação não deriva daqueles que são alvo de seus serviços profissionais – os trabalhadores – mas do patronato, que é quem diretamente o remunera, para atuar segundo metas estabelecidas por estes, junto aos setores dominados (2011, p. 90).

Logo, o que a autora demonstra é que embora os assistentes sociais sejam contratados para intervir junto aos trabalhadores, a solicitação de seu trabalho não parte diretamente dos próprios usuários de seus serviços, mas daquele que objetivamente o emprega; ou seja, das classes que demandam diretamente a sua intervenção sob as expressões da “questão social”.

Portanto, o que temos enquanto profissão não é um simples desdobramento das vontades dos agentes que a põe em movimento, mas trata-se de uma demanda que é socialmente requisitada e legitimada para operar serviços sociais junto a população que diretamente é atingida pelas mazelas da “questão social”.

Ainda que se considere a persistência do conservadorismo nos dias atuais - muito embora não encontre incidência no conjunto dos espaços coletivos de representação e deliberação da categoria profissional - buscamos na literatura que compreende a história da profissão os elementos que informam sobre este processo de transformações que redefiniram os rumos organizacionais, teóricos e ideológicos do Serviço Social brasileiro que levaram ao afastamento da categoria em relação às suas práticas tradicionais, fortemente influenciadas pelos pressupostos que justificam as práticas da ajuda.

Assim, faremos no tópico seguinte o exercício de expor alguns apontamentos sobre este processo, que para além de mostrar como a profissão se redimensiona, nos abre caminhos também para compreender o momento em que se estabelece a possibilidade de

uma relação do Serviço Social com as organizações dos trabalhadores, com os movimentos sociais.

3.1 Serviço social e renovação profissional

Conforme expomos acima, o Serviço Social tal como colocado por Iamamoto é uma profissão cujo significado social só pode ser corretamente apreendido quando tomado pela sua inserção na totalidade da reprodução das contraditórias relações entre as classes sociais. Segundo a autora, a reprodução das relações sociais não está restrita apenas ao âmbito material, pois a dinâmica dessas relações o ultrapassa, compreendendo também a dimensão espiritual, ainda que subordinada a esta primeira. Portanto, “a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida” (IAMAMOTO, 2011, P. 79).

Ainda em conformidade com a autora, as classes sociais somente tem razão de existência quando inter-relacionadas, ou seja, quando há uma relação de mútua mediação de interesses entre elas. E é neste jogo de interesses que o assistente social, enquanto sujeito singular e coletivo, está inserido, tendo sua atuação necessariamente mediada pelos interesses das classes fundamentais. Nesta direção a autora coloca que o assistente social realiza, em uma mesma intervenção,

interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demanda do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTTO, 2011, P. 81 – grifo dos autores).

Considerando que as classes sociais fundamentais só tem existência em razão de oposição de uma a outra e que os assistentes sociais se inserem nessa relação de conflito de interesses atendendo simultaneamente as demandas do capital e do trabalho, a autora coloca a possibilidade dos profissionais lançarem mão de estratégias técnicas e políticas que contribuam com tanto o fortalecimento do trabalho como de seu oposto, mesmo sabendo que “essas forças contraditórias não se excluem do contexto profissional” (IAMAMOTTO, 2011, p. 81).

Deve-se ter em conta que estes profissionais são simultaneamente sociais e singulares, cuja sua forma de pensar e intervir contém “determinações sociais derivadas da posição que ocupam no processo de produção e no jogo de poder” (Idem: 82). Sendo assim, as estratégias profissionais em questão recaem sobre a categoria, seja em sua dimensão coletiva de organização ou na dimensão individual do cotidiano de trabalho dos assistentes sociais.

Em vista disso, esboçaremos em seguida algumas considerações a respeito do desenvolvimento da profissão ao longo de sua história, em especial o momento em que a categoria alterou substantivamente o teor da orientação ético-política de seu exercício profissional, em contraposição daquele em que colocavam os primeiros agentes desta profissão.

Sabendo que é na totalidade contraditória das relações sociais que no contexto da autocracia burguesa ocorrida a partir de 1964 deu-se início a um processo de transformações que redefiniu os rumos organizacionais, teóricos e éticos do Serviço Social brasileiro, marcando um afastamento da categoria em relação às suas práticas ditas tradicionais¹⁴; alterações estas denominadas como *processo de renovação* do serviço social.

Segundo Netto, a “autocracia burguesa” colocou condições novas de organização e funcionalidade do Estado brasileiro e de reprodução das relações sociais em função do gerenciamento/racionalização das condições para o “desenvolvimento” do capitalismo no Brasil. Este reordenamento, segundo o autor, significou não somente uma profunda reestruturação quanto ao “*sentido* das políticas setoriais (então voltadas prioritariamente para favorecer o grande capital), mas especialmente toda a malha organizacional encarregada de planejá-las e executá-las” (NETTO, 2011, p. 120 – grifos do autor).

Este reordenamento do Estado brasileiro implicou na demanda por quadros técnicos para operar tais políticas, ampliando e consolidando o mercado de trabalho para o Serviço Social. Neste sentido, colocou-se para os assistentes sociais “um novo padrão de exigências” em conformidade com a racionalidade burocrática administrativa deste novo modo de operação do Estado, passando a exigir dos assistentes sociais uma prática

¹⁴ Entendemos aqui a denominação de serviço social tradicional tal como colocada por Netto (1981 apud NETTO, 2011, p. 117), como uma “prática empirista, reinterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais, parametrada ‘por uma ética liberal-burguesa’ e cuja teleologia ‘consiste na coerção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável”.

segundo “as normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela realidade” (NETTO, 2011, p. 123).

Foi neste quadro de novas exigências profissionais que ocorre o deslocamento do perfil tradicional do serviço social, em consonância com as demandas do mercado de trabalho. Conforme Netto, esse quadro de novas exigências profissionais que levou a erosão do serviço social naquelas bases

implicou um redimensionamento técnico-racional – quer no nível de *legitimação* das práticas, quer no nível de sua *condução* – que derruía os comportamentos profissionais impressionistas, fundados consequentemente em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional (2011, p. 123).

Neste quadro em que o serviço social foi chamado a responder funcionalmente às demandas que lhe foram colocadas a dimensão da formação profissional foi de extrema importância para o processo de renovação da categoria. Netto (2011) coloca que a inserção do serviço social no âmbito do ensino universitário, apesar do traço tecnocrático e asséptico que a ditadura imprimiu nas disciplinas da área de sociais, abriu a possibilidade para o serviço social, em contato com essas mesmas áreas, de construir o que o autor chama de uma “massa crítica”; ou seja, abriu-se a possibilidade da formação de um conjunto de assistentes sociais, estudantes e, sobretudo, docentes, que não tomavam a própria profissão, a ordem capitalista e autocracia burguesa como fatos dados e/ou imutáveis, mas como uma realidade passível de transformações.

Deste modo, as transformações ocorridas no campo do serviço social neste contexto não foram resumidas ao funcional atendimento às demandas institucionais que lhe eram colocadas, mas desencadeou uma dinâmica de diferenciação entre setores da própria categoria e a sua afirmação em outras bases. Conforme o autor,

ao refuncionalizar a contextualidade da prática profissional e redimensionar as condições da formação dos quadros por ela responsáveis, o regime autocrático burguês deflagrou tendências que continham forças capazes de apontar para o cancelamento de sua legitimação. Em poucas palavras, isto equivale a afirmar que, *instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde de inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava* (NETTO, 2011, p. 129 – grifo do autor).

Assim, este outro potencial surgido nessa conjuntura nada mais expressa do que o “caráter contraditório dos processos sócio-históricos” postos na reprodução das relações sociais. O processo de renovação, enquanto conjunto de transformações de caráter teórico, metodológico e ético ocorridas no serviço social brasileiro, ao contrário de um

desenvolvimento natural de tendências surgidas no interior da categoria, expressa uma reconfiguração das necessidades de reprodução do capital e consequentemente da intervenção sobre a “questão social”, cujo ciclo autocrático burguês conferiu um sentido particular.

O processo de renovação que levou a erosão do serviço social tradicional, conforme os estudos de Netto (2011), ocorreu em três direções principais, as quais o autor entende por perspectiva modernizadora, por reatualização do conservadorismo e por intenção de ruptura.

A primeira direção, a perspectiva modernizadora, trata-se de um esforço de adequação, ou conforme Iamamoto (2011, p. 385), *modernização* dos referenciais e dos instrumentais técnicos, da profissão às demandas institucionais da ordem sociopolítica imposta pela ditadura, legitimando o exercício profissional através de um fazer tecnocrático de conteúdo reformista em conformidade com a ditadura e com o “desenvolvimento” do capitalismo.

A perspectiva de reatualização do conservadorismo é, segundo o Netto, a direção menos permeável a mudanças. “Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão” (NETTO, 2011, p. 158) e os incorpora ao mesmo tempo em que os encobrem com a máscara da cientificidade.

Já a terceira direção que o autor identifica em seus estudos é a perspectiva de intenção de ruptura com o serviço social tradicional. Conforme o autor, esta perspectiva recuperou debates que começaram a surgir no pré-1964 e aproximou a categoria da perspectiva crítica e dos projetos da classe trabalhadora.

Contudo, surgida na primeira metade dos anos 1970, “no quadro da estrutura universitária”¹⁵, esta perspectiva manteve-se, ou foi mantida, marginal até o final da década de 1970, visto seu “ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa” (NETTO, 2011, p. 248). E somente ao final da década de 1970, já com a crise de legitimidade da ditadura, que esta perspectiva passou a ganhar visibilidade para além dos círculos acadêmicos, ampliando-se para as instâncias de organização e representação da categoria. Conforme Netto,

¹⁵ Segundo Netto (2011), a inserção do serviço social no círculo acadêmico foi de extrema importância para o processo de renovação do serviço social brasileiro, porém, segundo o autor, nenhuma das perspectivas colocadas na renovação “vinculou-se tão umbilicalmente à universidade como a da intenção de ruptura”. Nesta, ainda que considerados os embates enfrentados por segmentos da vanguarda desta perspectiva, a inserção na graduação e pós-graduação foi decisiva, visto que o espaço universitário era menos hostil que em outras organizações quanto às exigências e o controle das instituições no contexto do regime militar, assim como, a articulação com outros cursos.

é somente quando a crise da autocracia burguesa se evidencia, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática, que a perspectiva da intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis (2011, p. 248).

Assim, este movimento da categoria mostra uma sintonia com ressurgimento das lutas sociais suscitadas pelos trabalhadores e com o processo de democratização do país. A partir da relação dos assistentes sociais com os trabalhadores, e mais especificamente com as condições concretas de vida destes, o serviço social redimensionou seus referenciais não somente teóricos e metodológicos, mas também o caráter ideológico e político de seu exercício. Diferentemente das vertentes anteriormente apresentadas que encobriam o caráter político da intervenção profissional “travestindo-as em postulações assépticas ou em determinações técnicas”, para esta última “o caráter político é uma exigência imanente” (NETTO, 2011, p.259).

Contudo, segundo Netto (2011), o movimento de reconceitualização, enquanto parte integrante do processo de renovação do serviço social na América Latina, ao mesmo tempo que aproximou o serviço social da tradição crítica, não ficou isento de percalços; cometeu, segundo o autor, graves erros de análise derivadas da leitura indireta as obras marxianas e do ecletismo nas referências dos quadros profissionais. Esta caracterização eclética do serviço social deste momento, segundo Netto, é dada pela “recusa a ‘importação de teorias’”, ao “confusionismo ideológico” e o “reducionismo próprio ao ativismo político”. Este último, segundo o autor, foi responsável por obscurecer as “fronteiras entre a profissão e o militância” (2011, p. 149).

Ocorreu que no momento da emergência da perspectiva de intenção de ruptura, dada a conjuntura, a aproximação à tradição marxista se deu em grande medida pelo viés da militância política e, especialmente pela sua interlocução com a militância político-partidária. Segundo o autor havia uma tendência a partidarização numa relação muito próxima com setores mais progressistas da igreja, que resgatava elementos tradicionais da profissão como a ideia de testemunho, de vocação, a ideia de voluntarismo, de modo geral recolocados no sentido da militância política.

Sobre este movimento de ruptura e continuidade Netto (2011, p. 260) destaca que já nos finais dos anos 1980 o projeto que começou a ser formulado no âmbito do *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* denominado como “serviço social alternativo” que fazia

tardiamente, quando comparado ao momento da intenção de ruptura, uma recuperação desses elementos.

Trata-se de uma discussão que recupera alguns elementos da perspectiva de intenção de ruptura e os reformula de um modo um tanto anacrônico, visto que quando ele surge o Serviço Social no Brasil já havia avançado e superado os limites da Reconceituacao, mas que ainda assim consideramos relevante tratá-lo pela atenção que desperta nos espaços de debate entre os estudantes de Serviço Social, em especial nos espaços de discussão promovidos no âmbito da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social. Mas para tratar mais adequadamente desta questão tomamos por referência um texto elaborado em 1989 intitulado como “*Serviço Social alternativo*”: *elementos para a sua problematização*, em que Iamamoto (2011b) compõe uma argumentação crítica à respeito deste debate.

Segundo Iamamoto (2011b, p. 136), esse debate, enquanto discurso da categoria, é expressão de uma “intencionalidade renovadora” que lança as bases de legitimidade profissional num “projeto popular”¹⁶ a tal ponto que o projeto profissional converte-se num projeto revolucionário, e dele torna-se dependente. Esta análise, que segundo a autora, abstêm-se das tensões e contradições postas pela heterogeneidade do próprio projeto popular em questão, “deslocando a unidade possível para uma identidade ideal”.

A proposta do “Serviço Social alternativo”, enquanto um movimento de busca por novos caminhos para a profissão, segundo Iamamoto, aponta para uma “vontade” da categoria em “pensar em um Serviço Social que se baseie menos em recursos estatais [...] e mais nos recursos da sociedade civil” (CELATS, 1988 apud IAMAMOTO, 2011b, P. 142), de modo que a “vontade compromisso” com o “popular” acaba por envolver a “alternativa” no mesmo universo simbólico¹⁷ que historicamente permeia a profissão, resultando, segundo Iamamoto, num idealismo que a própria proposta tenta ultrapassar.

Uma última questão deste projeto alternativo que supomos importante evidenciar é o tratamento dado à dimensão educativa da prática profissional. Ao reconhecer o caráter fundamentalmente político do Serviço Social, as elaborações que se processam no âmbito

¹⁶ Ainda que neste trabalho tomamos como questão central a ser explorada a relação própria entre o projeto profissional e o os projetos de classes, consideramos pertinentes a contribuição crítica que a autora nos traz em relação a tematização dada pelos autores vinculados ao *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* tanto acerca do “projeto popular” como acerca das “classes dominantes”; que conforme a autora, as mesmas não podem ser tomadas como categorias homogêneas, visto a complexidade das relações de classes.

¹⁷ A respeito deste universo simbólico, a autora (2011b, p. 148) levanta categorias que marcou – e acreditamos que ainda hoje sejam presentes – a identidade da profissão ao longo de sua história, como: a missão, a vocação, a vontade de servir, o compromisso, o engajamento, etc.

do Centro Latinoamericano de Trabajo Social, conforme Iamamoto, sublinham fortemente a dimensão educativa do Serviço Social, afirmando o caráter pedagógico prática profissional em que o assistente social é entendido e reivindicado como “educador informal do povo”(2011b, p. 152). O que está em questão, de acordo com Iamamoto, é o exame conferido a dimensão educativa nesta abordagem, que “aparece inteiramente descolada de qualquer análise das políticas sociais e dos organismos institucionais a partir dos quais [o exercício profissional] se efetiva” (IAMAMOTO, 2011b, p. 153).

Como vimos, esta proposta, ao atribuir seu conteúdo alternativo ao projeto popular, dilui as fronteiras entre a profissão e a militância política, redundando “numa superestimação do potencial político do papel profissional, aproximando-se de uma visão messiânica e heroica do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2011b, p. 156). Para Iamamoto, esta proposta, o analisar lateralmente o Estado e a própria profissão na dinâmica das relações de classe, acaba por se traduzir na prevalência ao “dever ser” em detrimento do ser, que em muito remete ao discurso profissional ao tempo de suas origens.

Todavia, o Serviço Social brasileiro, segundo Iamamoto (2011b. p. 20), ainda que se considere continuidades, ao superar posições da cultura profissional fundamentada na filosofia aristotélico-tomista e sua relação política com os chamados setores populares – especificamente a partir do Código de Ética de 1993 - pelo seu posicionamento crítico frente à exploração do trabalho, busca orientar o compromisso da profissão, enquanto projeto coletivo dos assistentes sociais, não mais com o humanismo abstrato, mas com o humano genérico.

3.2 Serviço social e movimentos sociais

Conforme vimos, o serviço social está inserido, segundo Netto (1996) na complexidade das relações sociais e se expressa como síntese em menor nível de complexidade desta totalidade em que é parte constitutiva, de modo que a profissão estabelece relações com os diferentes e contraditórios projetos societários em curso.

Segundo Iamamoto (2011), o Serviço Social enquanto profissão que tem sua inserção sócio-ocupacional no quadro da divisão social e técnica do trabalho como mediadora das relações de classes e simultaneamente mediada pelas mesmas relações, não está ausente

às determinações deste processo, de modo que essas forças contraditórias não se excluem do contexto profissional (IAMAMOTO, 2011, p. 81).

E é justamente pela existência dessas forças contraditórias em curso é que a profissão não está fadada à reprodução unilateral no exercício profissional destas mesmas relações, podendo colocar-se numa perspectiva crítica, construindo no âmbito de seu exercício profissional diversas estratégias de fortalecimento das lutas dos trabalhadores. Segundo a autora, a “questão social” é também rebeldia, na medida em que envolve “sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõe” (2012, p. 28). Ainda,

É nessa tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2012, p. 28).

Ainda conforme a autora, o assistente social “trata-se de um intelectual *subalterno*, de um *profissional da coerção e do consenso*, predominantemente articulado à burguesia” (IAMAMOTO, 2011 b, p. 53 – grifos dos autores), mas que só se afirma enquanto prática legitimada na medida em que também responde as necessidades daqueles sujeitos que demandam os serviços prestados. Assim, a prática profissional tem um movimento que é socialmente determinado pelas condições históricas e conjunturais e ao mesmo tempo é permeado pelas respostas dos assistentes sociais no cotidiano de trabalho.

O assistente social, como coloca Iamamoto (2011), é um profissional liberal, mas que prescinde de institucionalidade, cujo Estado tem se afirmado ao longo da história como seu principal empregador. O profissional precisa de recursos institucionais que são necessários a efetivação de seu trabalho; ou seja,

parte dos meios ou recursos materiais, financeiros e organizacionais necessários ao exercício desse trabalho são fornecidos pelas entidades empregadoras. Portanto, a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o Assistente Social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas *molda* sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2012, p. 63 – grifos da autora).

Esta condição, segundo a autora, atribui ao exercício profissional um caráter de “relativa autonomia” no cotidiano de trabalho, pois ao mesmo tempo em que o profissional precisa ocupar-se de suas tarefas colocadas pela instituição empregadora, são abertas a este profissional possibilidades para ir além das demandas colocadas pela instituição que o emprega.

A autora coloca ainda que o Assistente Social, ao passo em que intermedeia a relação entre a instituição que o emprega e os usuários a que atende, “exerce uma ação eminentemente ‘educativa’, ‘organizativa’, nas classes trabalhadoras” (IAMAMOTO, 2011 b, p. 40), de modo a transformar sua maneira de sentir, pensar e agir em sociedade.

É em vista disso que os Assistentes Sociais tem sido chamados, não somente pelo seu caráter propriamente técnico, mas também pelas “funções de cunho ‘educativo’, ‘moralizador’ e ‘disciplinador’, que mediante um suporte administrativo-burocrático, exerce sobre as classes trabalhadoras”. (IAMAMOTO, 2011 b, p. 42).

O assistente social é chamado para trabalhar num processo de individualização do atendimento às demandas sociais. E além disso, este é um profissional que não é contratado somente para intervir na esfera pública, mas também na vida familiar, na vida privada dos indivíduos, de modo que o controle do trabalho é exercido também no cotidiano do trabalhador fora dele.

Lopes (et al, 2014), no mesmo sentido afirma que o serviço social, enquanto profissão eminentemente interventiva, presta “serviços de ordem material e ideológica”, inscrevendo-se no “campo das atividades formadoras de cultura, constituindo-se como elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia, base em que gesta e desenvolve a própria cultura profissional” (LOPES et al, 2014, p. 199).

As autoras citadas acima colocam que o Serviço Social, enquanto profissão, exerce função mediadora no exercício do controle social, movendo-se entre o controle do capital e a resistência dos trabalhadores, que por sua vez aponta para “a perspectiva de construção de um sistema de controle alternativo ao controle do capital nos marcos dos processos de construção de alternativas à ordem do capital” (LOPES et al, 2014, p. 205).

Sendo o assistente social ao mesmo tempo um sujeito de mediação é também objeto de mediação deste complexo de mediações e é esta inserção do serviço social na totalidade das contradições do sistema capitalista, simultaneamente enquanto sujeito e objeto, que abre a possibilidade de diferentes perspectivas de intervenção do trabalho profissional. De acordo com as autoras,

a função pedagógica que o Serviço Social exerce na dimensão interventiva está profundamente imbricada às estratégias de controle social, mediadas pelo mercado de trabalho profissional cujas contradições abrem a possibilidade de construção pelos assistentes sociais de estratégias de vinculação com as classes subalternas, os trabalhadores, na direção da perspectiva de emancipação dessas classes e da humanidade (LOPES et al, 2014, p. 2006).

Neste sentido, o atual projeto ético político da profissão, expresso no Código de Ética de 1993, materializa a vinculação da categoria com o projeto de emancipação da classe trabalhadora. A objetivação dessa escolha política, segundo as autoras, ocorre a partir de duas referências institucionais distintas; onde a primeira faz referência

à intervenção profissional do assistente social, realizada nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora, como empregadora desses profissionais; e a segunda diz respeito a prática que o assistente social desenvolve junto a essas instituições e no movimento de organização da classe trabalhadora, a partir de outras instituições da prática profissional (LOPES et al, 2014, p. 206).

Assim, pode-se entender o exercício profissional dos assistentes sociais pode encontrar alternativas de fortalecimento dos projetos e lutas dos trabalhadores, seja diretamente no âmbito de suas instituições de organização, mas também há possibilidades de trabalho neste mesmo horizonte naquelas organizações que contrataram seus serviços justamente pelo seu efeito contrário, pelo seu caráter coercitivo e coesivo, pelo disciplinamento, moralização e individualização, conforme vimos acima. Logicamente deve-se considerar que “as possibilidades estão dadas na realidade, mas não automaticamente transformadas em alternativas profissionais. (IAMAMOTO, 2012, p. 21).

Para Duriguetto (2014), a abertura para relação do serviço social com os movimentos populares também está calçada no Código de Ética de 1993 e na Lei de regulamentação da profissão. Estes documentos, segundo a autora, “*não constituem apenas dimensões normativas, mas orientações tático-estratégicas e ético-políticas*” (2014, p.188 – grifos da autora). Um dos desafios para a profissão, então, seria concretizar estas orientações, com o horizonte do projeto ético-político da categoria, contribuindo com a construção dos processos de resistência às “expressões que as desigualdades sociais assumem na vida dos sujeitos” (2014, p. 189). Para a autora, este horizonte contribui para que

nossas ações não se pautem pelo fornecimento de informações que levem à simples adesão dos sujeitos aos programas e projetos institucionais, à individualização do acesso a serviços e políticas que reforçam a perspectiva da subalternização e do apassivamento. Mas ao contrário: pode nos abrir a possibilidade interventiva de trabalhar nos sujeitos a busca da construção de estratégias coletivas para o encaminhamento de suas necessidades (2014, p. 189)

Deste modo, Duriguetto (2014) aponta o processo de renovação do serviço social e sua importância para a aproximação da categoria em relação às lutas dos trabalhadores. A autora coloca que a possibilidade da categoria contribuir com as lutas sociais implica no fortalecimento do próprio projeto profissional da categoria, de forma que a contribuição com os processos de mobilização e organização popular apresenta-se por si mesma como uma

prática necessária e recíproca.

Duriguetto (2014) argumenta que a intervenção profissional nos “*processos de mobilização e organização popular*” é uma possibilidade de trabalho inclusive para enfrentar a “subtração da dimensão intelectual”, colocada para a profissão nos anos mais recentes¹⁸. A dimensão intelectual da profissão, conforme a autora, em diálogo com Iamamoto (2011) e Lopes (2014), trata-se de uma dimensão que é imaterial ancorada na dimensão ideopolítica. Esta dimensão segundo as autoras é capaz de interferir no comportamento e no modo de pensar dos sujeitos, podendo refletir nos processos de organização política. Conforme Duriguetto,

[...] discutir a inserção do serviço social nos processos de organização e mobilização popular significa analisar como o assistente social, *como trabalhador assalariado e considerando a própria natureza contraditória de sua intervenção profissional*, pode atuar no sentido da promoção e fortalecimento das organizações e lutas coletivas dos trabalhadores que são alvo de suas intervenções. (DURIGUETTO, 2014, p. 183 – grifos da autora)

Ou Seja, trata-se da potencialidade do trabalho dos assistentes sociais para intervir na realidade de modo a fortalecer as lutas dos trabalhadores, que ao longo da história resultaram em conquistas de direitos sociais. Direitos estes que quando institucionalizados no Estado através das políticas sociais tendem a ser esvaziados de seu conteúdo político reivindicatório, convertendo-se em instrumento de controle das lutas sociais que lhe deram origem (IAMAMOTO, 2011 b, p.106), mas que pode também ter este caráter elevado a depender do direcionamento da intervenção profissional. Conforme Iamamoto, deve-se

estabelecer estratégias e políticas capazes de extrair da participação popular aquilo que ela esconde e, ao mesmo tempo, revela de criador, de crítica e negação da ordem nas suas expressões explicitamente políticas e/ou culturais, que apontam, no interior da própria sociedade burguesa, para a construção do novo (IAMAMOTO, 2011 b, p. 108 – grifos do autor).

Por esta razão a autora coloca que há a necessidade tanto de apreender como se configura a desigualdade social em suas várias expressões no tempo presente, mas também apreender as formas de resistência dos trabalhadores que estão presentes no cotidiano, mas que “por vezes de forma parcialmente ocultas” (IAMAMOTO, 2012, p. 28), para que se tenha

¹⁸ Mota (2014) afirma que o estatuto intelectual do serviço social é incontestado, visto a qualidade da produção teórica da categoria, que em grande medida se deve ao processo de renovação ocorrida a partir da década de 1980. Por fim, Mota indica que a categoria está passando por um processo de renovação profissional com resultado da massificação do ensino superior. “Inegavelmente, existe um processo de renovação dos quadros profissionais no Serviço Social Brasileiro” (MOTA, 2014, p.29). Trata-se de uma conjuntura em que as condições objetivas de formação e exercício profissional podem colocar em cheque o estatuto intelectual da profissão e da relação com as lutas sociais.

condições de contribuir com estratégias de resistência do trabalho.

Neste sentido, algumas possibilidades para o trabalho profissional são apresentadas pelas autoras que vimos acima, dentre elas: assessoria ao movimentos sociais, seja no âmbito da formação ou da intervenção profissional; a coletivização das reivindicações e do acesso aos serviços; a identificação conjunta de demandas coletivas, assim como, da construção conjunta de estratégias coletivas de encaminhamento das necessidades; estimular a participação de usuários em organizações e movimentos sociais; viabilizar o acesso de sujeitos coletivos à elaboração e avaliação de políticas públicas; promover pesquisas que contribuam com as necessidades dos movimentos sociais; contribuir com a publicidade de temas e bandeiras importantes dos movimentos sociais, dentre outras possibilidades de intervenção que podem surgir no cotidiano de trabalho.

Assim, “o espaço profissional não pode ser visto apenas na ótica da demanda profissional já consolidada”, que é importante buscar cotidianamente as “demandas potenciais” para o exercício profissional, recriando constantemente o perfil da categoria e antecipando perspectivas profissionais que se colocam no projeto profissional da categoria “coletivamente construído e historicamente situado” (IAMAMOTO, 2011 b, p. 104).

Mas deve-se atentar também para a relação às fronteiras entre as intenções o resultado das ações dos assistentes sociais. A autora coloca que as vezes, mesmo que as intenções dos profissionais sejam aquelas que pretendem romper com a dinâmica de trabalho da profissão que mencionamos acima, os resultados objetivos da ação profissionais não se realiza conforme suas intenções. Conforme a autora, o assistente social “confunde frequentemente, intenções com o resultado e o significado social da sua intervenção profissional na sociedade” (IAMAMOTO, 2011 b, p. 52).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato do Serviço Social estar inserido na dinâmica de reprodução das relações sociais, permeado pela contradição entre interesses contrapostos como “polos inseparáveis de uma mesma unidade”, é justamente o que abre a possibilidade para o assistente social se posicionar em favor de projetos diversos daquele a que foi chamado a auxiliar.

Sendo assim, o assistente social, na contradição do cotidiano de seu exercício, encontra-se com a possibilidade de uma intervenção que contribua com o fortalecimento dos projetos societários de uma classe e/ou de outra a depender da condição histórica, mas também de sua orientação político-ideológica.

Ainda que seu exercício esteja subordinado aos interesses políticos e econômicos dos setores que demandam sua intervenção, que o emprega, o assistente social pode orientar sua atividade cotidiana em sintonia com projetos societários que estão no horizonte da emancipação, “apoiando e assessorando organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos” (IAMAMOTTO, 2011, P. 103).

Todavia, deve-se considerar que “a categoria não é homogênea: ela reflete, em si mesma, as polarizações presentes na sociedade” (IAMAMOTO, 2011 b, p. 90). Conforme Netto (2009), as categorias, com seus projetos profissionais, expressam uma estrutura dinâmica que se modifica em sintonia com as transformações societárias. Assim, o projeto ético político da profissão deve ser tomado como um campo de tensões e lutas pelo seu direcionamento frente a um determinado projeto societário ou outro, visto que “um projeto profissional em seu próprio interior não suprime as divergências e contradições” (NETTO, 2009, p. 145).

O atual projeto profissional hegemônico no Serviço Social brasileiro, construído em sintonia com os diferentes momentos dos movimentos progressistas que se realizavam na sociedade brasileira – materializado no Código de Ética da profissão aprovado em março de 1993, mas que é resultado de um longo processo de Renovação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da categoria – abre um horizonte de exercício da prática profissional orientada pela “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, reconhecendo a liberdade como valor ético central.

Mas a ruptura com o conservadorismo profissional realizada com o processo de renovação profissional, contudo, não eliminou obviamente as tendências conservadoras e até reacionárias no interior da profissão, reflexo do pluralismo que reside no interior da mesma. Por mais que essas posições não sejam explicitadas em sua ampla maioria, elas se mostram evidentes pela crescente presença na incorporação de tendências que ao negar a centralidade do trabalho, nega também as lutas de classes, conforme Marques e Dal Moro (2011).

No que tange as análises teóricas acerca do tema dos movimentos sociais, nota-se “uma multiplicidade de referenciais e um significativo crescimento da tendência pós-moderna via 'novos movimentos sociais’” (MARQUES, 2010). Nesta perspectiva, a experiência conturbada de transição socialista experimentada no século XX teria tornado evidente a superação das narrativas totalizantes, que ao serem negadas deram lugar a linguagem fundada sobre a fragmentação e a incerteza, que não são capazes de explicar os fenômenos em sua complexidade. Conforme Iasi (2013, p. 339), ao desprezar o “universal como síntese de múltiplas particularidades, porque isso os levaria a ideia de movimento, processo e, portanto, sentido, os pós-modernos naufragam em singularidades e universalidades vazias de conteúdo”.

Do mesmo modo, a experiência histórica do chamado socialismo real teria evidenciado a crise do próprio projeto socialista enquanto possibilidade de emancipação do trabalho, em particular via ação política de vanguardas revolucionárias – o proletariado aqui teria um lugar central. Como resultado seria a impossibilidade do homem em fazer sua própria história, de os sujeitos intervirem no movimento da história.

Esta leitura da realidade social, como apontam Dal Moro e Marques (2011), tende a ameaçar valores e princípios presentes no Projeto Ético Político atualmente hegemônico na profissão, ao passo que seus pressupostos conservam a legitimidade desta ordem social, dado que esta perspectiva coincide e compactua com a mistificação própria do capital, “relação social alienada que monopoliza os frutos do trabalho coletivo, obscurece a fonte criadora que anima o processo de acumulação em uma escala exponencial no cenário mundial: o universo do trabalho” (IAMAMOTO 2009, P. 162).

Conforme Duriguetto (2014), a possibilidade do Serviço Social contribuir com as lutas daquelas organizações progressistas das classes que vivem de seu próprio trabalho implica também no fortalecimento do próprio projeto profissional hegemônico na categoria nos dias

atuais, de modo que a contribuição com os processos de mobilização e organização popular apresenta-se como uma prática necessária e recíproca.

Contudo, o quadro que diversos pesquisadores (IAMAMOTO, 2014; MARQUES 2010; DURIGUETTO 2014) demonstram é de um afastamento da categoria em relação aos movimentos sociais a partir da década de 1990. Segundo Duriguetto, houve um “processo de retração” da categoria em relação à temática dos movimentos sociais que se deu de forma contraditória, pois é justamente a partir da década em que se consolida o então projeto ético político, “cujos aportes constitutivos implicam no vínculo político e profissional com as lutas das classes subalternas”, que se evidencia no interior do meio profissional uma significativa ausência de “sistematização/relatos de experiência da intervenção profissional com as organizações, movimentos e lutas sociais. (2014, p.185).

Todavia, deve-se considerar este afastamento na relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais por, ao menos, duas determinações: a retração forçada dos movimentos sociais e a reestruturação das condições de trabalho dos assistentes sociais. Os movimentos sociais e demais organizações políticas de esquerda resistem diariamente contra um processo de enfraquecimento e desqualificação ideológica que os leva ao descrédito político enquanto alternativa de organização política de classe. Este processo, em curso, torna razoável pensar que se houve uma inflexão na relação do Serviço Social com as lutas sociais, não necessariamente isso expressa um afastamento da categoria em si, mas de um refluxo do conjunto das lutas sociais, que acaba por refletir na categoria, conforme aponta Mota (2014). A autora indica ainda “não ter havido um afastamento político do Serviço Social em relação às pautas dos movimentos sociais e das lutas mais gerais da sociedade”, mas sim “uma retração dos movimentos sindical e social” combinada com a “ampliação e transversalidade das lutas sociais nos movimentos emergentes” (MOTA, 2014, p.27), como já apontamos em Dal Moro e Marques (2011).

Mas ainda há de se fazer considerações a respeito das implicações das condições de trabalho dos assistentes sociais nesta relação com os movimentos sociais. O projeto neoliberal, que naturaliza as desigualdades sociais e corrói as conquistas sociais acumuladas pelos anos de enfrentamento por parte dos trabalhadores, liquida com os direitos sociais e os entrega ao mercado. Esta ação tem impacto direto nas condições de trabalho dos assistentes sociais na medida em que as políticas sociais são desmontadas e/ou reconfiguradas, inserindo estes profissionais em um quadro de tensões no mercado de

trabalho na atualidade, postas pela precarização que se intensifica com a ‘flexibilização’ das relações de trabalho (LOPES et al, 2014, p. 203), que coloca maiores desafios para que se construa objetivamente uma articulação sólida entre a categoria e os movimentos sociais.

Ainda quanto aos impactos causados pelo projeto neoliberal nesta relação do Serviço Social com os movimentos sociais, deve-se somar a reconfiguração do trabalho dos assistentes sociais ao redimensionamento no campo ideológico que avança no conjunto da sociedade e que, portanto, não deixa de fora a categoria. Dentre os diversos impactos que podem ser notados dois deles nos chamam atenção justamente pelas suas implicações a respeito do estatuto intelectual da profissão, cuja importância tem se mostrado fundamental para a construção de uma relação competente junto aos sujeitos coletivos. O primeiro refere-se ao conjunto ideológico que cerca a noção da assistencialização, que invade a subjetividade dos profissionais criando uma cultura profissional orientada, na prática, pela despolitização da questão da pobreza e da desigualdade (LOPES et al, 2014, p. 207). O segundo, mas não menor, refere-se a reconfiguração da política de educação em todo o país, em especial do ensino superior. Este processo de massificação do ensino superior tem alterado as condições objetivas da formação profissional, abandonando tendencialmente uma formação crítica frente a realidade social em detrimento da qualificação técnica.

Todas estas alterações, segundo Mota (2014), evidenciam um movimento constante de renovação do Serviço Social em sintonia com as transformações societárias em curso, ou conforme Marro (2013), com o movimento social em seu sentido mais amplo e genérico. Assim, de acordo com Mota (2004, p. 27), se as mudanças objetivas e subjetivas que vem se processando desde os finais do século XX até os dias de hoje afetaram tanto a composição como a dimensão e estratégia dos históricos movimentos sociais, também podemos especular se houve uma mudança no significado da relação da profissão com estes movimentos sociais.

Por fim, tendo em mente as questões apontadas anteriormente, consideramos que esta conjuntura traz a necessidade de defender o atual projeto ético político hegemônico na profissão, pois as tendências conservadoras da ordem “abdicaram de procurar uma compreensão para o mundo e, no lugar, nos oferecem um mundo sem compreensão e sentido” (IASI, 2013, p. 338), sem movimento. O movimento da história não é finalístico, mas os assistentes sociais, enquanto sujeitos sociais, portadores de objetividade social, podem orientar suas práticas, suas escolhas do cotidiano no trabalho em sintonia com um projeto

societário cujos fundamentos compreendam a liberdade no seu sentido mais genérico – o que implica na materialização dos princípios éticos que defendemos para a profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, M. **Movimientos sociales urbanos**. Madrid: Siglo XXI, 1974

DAGNINO, E. Cultura cidadania e democracia: a transição dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. *In*: ALVAREZ, S. et al. (Org.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000

DURIGUETTO, M. L. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. **Revista Katálisis**. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 13-21 jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802009000100003&script=sci_arttext> Acesso em: fev/2016

EVERS, T. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. *In*: **Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, Nº 4, 1984

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

GIANNOTI, V. **A história das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. *In*: **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005> Acesso em : ev/2016

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2011;

IAMAMOTTO, M. Serviço social em tempo de capital fetiche: **capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2014;

_____. As dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas do Serviço Social contemporâneo. *In*: MOTA, A. E. et al (Orgs) **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2009

_____. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. São Paulo: Cortez, 2011

- _____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2011 (b)
- _____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** O São Paulo: Cortez, 2012
- IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa.** Petrópolis: Vozes, 1985;
- _____. **O. A idéia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1996;
- _____. **As origens agrárias do Estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 2004
- IASI, M. O marxismo diante de um novo século. In: **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social.** Rio de Janeiro, v. 23, n2, jul/dez, 2013
- LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981;
- MARQUES, M. **A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade.** Trabalho de conclusão de curso, (mimeo), 2010;
- MARRO, K. Algunos critérios metodológicos de interpretación histórico-crítica del movimiento social en sus múltiples expresiones. In: **Observatório Social de América Latina – CLACSO**, Buenos Aires, 2006;
- _____. **Reflexões para uma compreensão histórico-crítica do movimento social em suas múltiplas expressões.** (mimeo), 2006;
- MONTANO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2010;
- MORO, M, D. MARQUES, M. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. In: **Temporális**, Brasília, Ano 11, n. 21, jan/jun, 2011;
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*. Nº 50. São Paulo: Cortez, 1996. (mimeo)
- _____. **Ditadura e serviço social : uma análise do serviço social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2011
- _____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** - Coleção Questões da nossa época; v. 44 - São Paulo: Cortez, 2012
- REIS, M. B. O debate teórico acerca dos “novos movimentos sociais” no Brasil: uma balanço crítico. In: **Serviço social e movimento social**, São Luís, vl. 1, N. 2, julh/dez, 2000.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2001.

SADER, Emir. A esquerda latino-americana no século XXI. *In*: LERHER, R.; SETÚBAL, M. (Org.) **Movimento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis** – São Paulo: Cortez, 2005

SANTOS, B. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997

TORAINÉ, A. **O pós-socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988

WALLERSTEIN, M. O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico? *In*: LERHER, R.; SETÚBAL, M. (Org.) **Movimento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis** – São Paulo: Cortez, 2005

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. *In*: COHN, Gabriel. (Org.) **Max Weber: Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 2003.

WOOD, Ellen. Trabalho, classe e Estado no capitalismo global. *In*: LERHER, R.; SETÚBAL, M. (Org.) **Movimento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis** – São Paulo: Cortez, 2005